

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA QUEIROZ

**A INSERÇÃO CHINESA NA ÁSIA DO LESTE
ATRAVÉS DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO: A INFRAESTRUTURA COMO
CAMINHO PARA INTEGRAÇÃO ÁSIÁTICA**

BAURU
2015

JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA QUEIROZ

**A INSERÇÃO CHINESA NA ÁSIA DO LESTE
ATRAVÉS DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO: A INFRAESTRUTURA COMO
CAMINHO PARA INTEGRAÇÃO ASIÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli.

BAURU
2015

Q384i Queiroz, José Victor de Oliveira

A inserção chinesa na Ásia do Leste através de iniciativas de cooperação e desenvolvimento: a infraestrutura como caminho para integração asiática / José Victor de Oliveira Queiroz. -- 2015.
81f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. China. 2. Ásia do Leste. 3. Integração. 4. Cooperação. 5. Infraestrutura. I. Montebugnoli, Mariana de Freitas. II. Título.

JOSÉ VICTOR DE OLIVEIRA QUEIROZ

**A INSERÇÃO CHINESA NA ÁSIA DO LESTE ATRAVÉS DE
INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: A
INFRAESTRUTURA COMO CAMINHO PARA INTEGRAÇÃO
ASIÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade do Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli.

Banca examinadora:

Profa. Ma. Mariana de Freitas Montebugnoli
Universidade do Sagrado Coração

Profa. Ma Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 10 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho a minha família e a todos os envolvidos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha doce mãezinha Eleny que sempre será meu maior orgulho e amor.

Em sequência meu Pai José Delfino e Minha linda Irmã Wamilla.

Minha linda amiga e namorada Karen Pires.

Minha excelente professora orientadora Mariana que me ajudou de todas as formas possíveis (Um grande obrigado e uma sincera desculpa por tudo)

Com carinho, para os meus mais sinceros amigos

YOLO.

RESUMO

O século XXI será o século da Ásia do Leste. Todos os Estados querem estar conectados com aqueles países, ou mesmo, fazerem parte do desenvolvimento proporcionado pela China aos países ao seu entorno. Esse trabalho tem o enfoque de elucidar as iniciativas feitas pela China na sua inserção na Ásia por meio de investimento em infraestruturas que corroboram para o aumento da cooperação e o desenvolvimento de uma integração asiática por essas vias. Por meio disso, são apresentadas questões como a Ascensão Chinesa por meio da inserção da China na Ásia. As ferramentas teóricas para compreender o desenvolvimento gerado pelo investimento estrangeiro direto; pontos de investimento; e a utilização contínua do conceito de *soft power* utilizado pela China para preencher o seu requisito de potência regional.

Palavras-chave: China. Ásia do Leste. Integração. Cooperação. Infraestrutura.

ABSTRACT

The twenty-first century, is the century of East Asia. All States want to be connected with those countries, or even be part of the development provided by China to countries in its surroundings. This work is the focus of elucidates the efforts made by China in participating in Asia by investing in infrastructure that support for increased cooperation and the development of an Asian integration by these means. Thereby, it is presenting issues such as Chinese Rise by China's insertion in Asia; Theoretical tools to understand the development generated by foreign direct investment; investment points; and the continued use of the concept of soft power used by China to fulfill its regional power requirement.

Keywords China. East Asia. Integration. Cooperation. Infrastructure.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OS MODELOS DE INTEGRAÇÃO E AS TEORIAS DE COOPERAÇÃO REGIONAL	15
2.1	O NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO COMO FERRAMENTA DE INICIATIVAS CHINESAS	17
2.1.1	CONCEITO DE REGIÃO E A DIFERENÇA ENTRE REGIONALIZAÇÃO E REGIONALISMO	20
2.2	CONTEXTO: OS BLOCOS REGIONAIS E SUA CONSTITUIÇÃO	21
2.3	TEORIA COOPERAÇÃO REGIONAL	25
2.3.1	TEORIA INSTITUCIONALISTA E O NEO INSTITUCIONALISMO	27
2.3.2	NEOFUNCIONALISMO RECORTE TEÓRICO	29
2.3.3	TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA	30
3	A CHINA E A COOPERAÇÃO REGIONAL NA ÁSIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	34
3.1	A DINASTIA QING, A GUERRA DO ÓPIO E A COOPERAÇÃO PELA FORÇA ADOTADAS PELOS TRATADOS DESIGUAIS	35
3.2	CHINA O SURGIMENTO DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS E AS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS	40
3.3	MAO TSÉ- TUNG E A POLÍTICA INTERNACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, DO INICIO AO FIM	42
3.4	DENG XIAOPING E NOVA ORDEM ECONOMICA CHINESA	48
3.5	ASEAN E O SUDESTE ASIÁTICO, A COOPERAÇÃO COM A CHINA	53
3.5.1	O FORTALECIMENTO DA CHINA E DA ASEAN POR MEIO DA COOPERAÇÃO	54
3.6	O SÉCULO XXI E A ATUAL POLÍTICA INTERNACIONAL DA CHINA	58
4	A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA PROMOÇÃO DO SOFT POWER	61
4.1	A CONSTRUÇÃO DE UMA ASCENÇÃO PACÍFICA NO SÉCULO XXI VIA REGIONALISMO	62
4.2	A INFRAESTRUTURA E A ECONOMIA COMO PRINCIPAIS MECANISMOS DA UTILIZAÇÃO DO SOFT POWER	63

4.3	INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA COMO MODELO.....	66
4.3.1	INVESTIMENTOS ASIÁTICOS.....	69
4.3.2	A COOPERAÇÃO POR MEIO DA INFRAESTRUTURA.....	70
4.3.3	A COOPERAÇÃO NA GRANDE SUB-REGIÃO DO RIO MEKONG	72
4.3.4	COOPERAÇÃO REGIONAL NO GOLFO PAN-BEIBU (TONKIN)	73
4.3.5	HIGHWAY DA ÁSIA	74
4.3.6	RIO TUMEN	75
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo com o presente trabalho consiste em demonstrar as iniciativas do governo chinês no âmbito da cooperação e desenvolvimento na Ásia do Leste por meio do Investimento Estrangeiro Direto (IED) que contemplam a área de infraestrutura dos Estados, ocasionando o desenvolvimento da integração regional asiática.

Para compreender os processos que a inserção chinesa causa na Ásia do Leste, precisamos analisar as Teorias das Relações Internacionais acerca da cooperação e integração regional, pois as teorias conseguem elucidar os processos que acontecem com a China e os Estados entorno que cooperam entre si, causando uma interdependência tanto mercadológica quanto desenvolvimentista, além de criar novos arranjos que são alvos dessa pesquisa.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos contemplam em mais de 50% projetos em infraestruturas nos Estados investidos. Por meio dessas iniciativas a fomentação na cooperação ficou evidente na região asiática, surgindo a ideia da Ascensão da China na Ásia, que nos levam a abordagens históricas do ressurgimento chinês no contexto mundial, e como foi o caminho dos chineses em retomar o crescimento e serem hoje a segunda esfera de poder econômico mundial.

Esse trabalho nos leva a um emaranhado de respostas sobre a China e Ásia do Leste, a história chinesa evidencia os ensinamentos que aquela nação aprendeu com os erros, hoje o *soft power* é usado para quase tudo e suas iniciativas só provam isso. Durante a monografia o conceito será evidente e empregado durante vários momentos, mostrando sua versatilidade na China do século XXI.

Segundo Acharya (2004) o século XXI será marcado pelo alto desempenho asiático em múltiplas áreas, como a diminuição das assimetrias, aumento de investimentos e dos mecanismos de cooperação entre os Estados.

Trataremos ao longo deste trabalho com fatos que demonstram o desempenho chinês e de nações asiáticas no desenvolvimento e na cooperação para um gerir uma integração na região. Temos a necessidade de estudar os arranjos internacionais que analisam áreas técnicas com objetivo de ampliar o mercado chinês de consumo e a capacidade de abastecer as demandas do setor fabril.

Para demonstrar isso, mostraremos as relações chinesas na Ásia do Leste qual inicialmente são essenciais para o crescimento do Estado, e também para uma nova postura da Ásia, onde o país demonstra claramente sua ascensão pacífica regional ajudando os países do Sudeste Asiático e firmando parcerias com a Associação do Sudeste Asiático (ASEAN).

O desenvolvimento da China após a reforma e abertura com Deng Xiaoping foi relevante para entender a China do século XXI e seus meios de desenvolvimento, utilizando o *soft power* como ferramenta principal. A Ásia começou a entender o poder chinês econômico há poucos anos, a diplomacia chinesa hoje é tão boa quanto qualquer outra. Hoje a China não desenvolve apenas o próprio Estado, mas esparrama suas bonanças pelo continente.

A agenda exterior chinesa, a qual contempla a cooperação regional, de maneira técnica para ampliar sua capacidade e desenvolver outras localidades, hoje é presente nos acordos asiáticos.

Durante o trabalho, veremos elementos de natureza institucional da própria China, em que encontraremos bancos de desenvolvimento, políticas nacionais e ministérios de promoção do investimento.

Os modelos de cooperação regional integram o presente estudo para auxiliar a concepção de inserção, é explicado que o modelo em que os Estados membros buscam definir regras comuns em um único segmento, em geral no setor de comércio ou alfândega, como ocorre no MERCOSUL ou mesmo na ASEAN, onde os membros das instituições possuem independência absoluta ou quase nenhuma relação com a instituição nos temas que não a competem.

Essas instituições ajudam, a entender as políticas de *soft power* atreladas com a ascensão chinesa no continente e no mundo, é importante frisar que a China é um dos países que mais investem em projetos de infraestrutura no mundo. Esses projetos de cooperação entre os Estados geram um processo de interdependência, seguindo o entendimento de interdependência complexa, que analisa o desenvolvimento econômico e a relação entre os Estados como fatores importantes que integram os atributos de ofertantes de materiais, produtores e consumidores. (KEOHANE; NYE, 1981).

Com isto posto, o trabalho foi dividido em três partes mais a conclusão final.

O primeiro capítulo englobará o entendimento do regionalismo, a ascensão chinesa das medidas que levam a China a buscar a cooperação regional e todas as

implicações frutos dessa busca, como por exemplo o medo a ascensão dos países da Ásia do Leste. Para analisar essas questões será utilizada a teoria Neo Institucional, para melhor compreender os procedimentos de cooperação regional, demonstrando que esses procedimentos sofrem constante reformulação, onde as configurações e ordenamento internacional, partindo da premissa de que os Estados tendem a cooperar para adquirir benefícios, importante ressaltar que o Neo Institucionalismo analisa as instituições e as ordenações que são geridas na burocracia, onde remete o entender que as ações dentro do estado pode mudar políticas externas, fazendo essa burocracia se comportarem como atores políticos. Depois, o Neo Funcionalismo para explicar questões teóricas de cooperação e integração regional. E por último a Interdependência Complexa que será uma peça fundamental no entendimento das outras duas teorias e suas disposições no trabalho.

No segundo capítulo, recorreremos a história para entendermos o presente, frisando a cooperação asiática durante a história e utilizando a China para compor os elos da Ásia do Leste. Esse estudo histórico é importante, pois demonstra que desde a época do Sistema de Tributos no século II A.C, mas as discussões ficam propriamente ditas no final do século XX, onde a China criou uma visão mais ampla de fomentação de meios de cooperação. Estudar esse período é importante para entendermos que cooperação e integração na Ásia do Leste não uma iniciativa inédita para os asiáticos.

No terceiro capítulo, trataremos dos projetos de *soft power*, e da mais importante cooperação asiática pela CHINA-ASEAN e dos arranjos políticos que essa parceria fomentou durante os anos, além dos projetos em curso que são o tema dos investimentos chineses. A intenção de explicar o *soft power* por meio da concepção chinesa do século XXI, muitas vezes apoiado pelo brio asiático que demonstra internacionalmente. Também temos a visão chinesa dos ganhos absolutos onde se investe para ganhar.

A representação chinesa no bloco ASEAN+1 e +3 são significativas para inserção chinesa e modelo para a região, visto que a China tem criado grandes laços com os países do bloco.

O país percebeu que não adianta tentar coagir os parceiros regionais e investir de forma conciliatória na região, visando que as instituições multilaterais atendam todos os interesses de seus membros com o objetivo de evitar que a constituição de uma região integrada venha atender os interesses de países

centrais. (HALL, 2000). Com o tempo, os chineses começaram a perceber que os blocos regionais podem funcionar melhor do que alguns blocos institucionalizados e com poder de veto, quebrando o sentido de governança coletiva - tema esse que terá importância preponderante durante o trabalho, pois a China fomenta esse tipo de decisão e sua política é voltada para o desenvolvimento dessa questão.

2 OS MODELOS DE INTEGRAÇÃO E AS TEORIAS DE COOPERAÇÃO REGIONAL

As Teorias das Relações Internacionais têm a função de guiar o pesquisador a instrumentos de leitura da realidade, traduzindo seus fatos, seus efeitos e consequência (NYE, 2009). Diferentes teorias trazem consigo distintas abordagens e objetivos, podendo contemplar questões de diagnóstico e previsão dos atores políticos e seus comportamentos ou sobre os fenômenos expressivos das conjunturas. Deste modo, podemos observar que o primeiro ponto a ser compreendido em uma abordagem teórica é a sua realidade. Há três modos de observar a realidade: como um dado; como um efeito subjetivo ou como uma construção social.

Milton Santos, um dos maiores geógrafos brasileiros e mundiais, contempla em seu livro *Por Uma Outra Globalização - do pensamento único à consciência universal*, onde destacou a ferocidade da globalização e seus futuros efeitos tanto para a sociedade quanto para os Estados, demonstrando as vezes que não só a sociedade precisa conviver com a globalização, mas os Estados precisam saber manusear essa ferramenta internacional que hoje é uma realidade. (SANTOS, 2000). O século XXI é marcado pelo globalismo juntamente com o regionalismo. Países tentam diversificar suas parcerias comerciais e ampliar o alcance das mesmas, ao mesmo tempo que fomentam blocos econômicos locais, como visto em várias regiões do globo por exemplo na Eurásia¹, a integração feita pelos mercados europeus, o sudeste asiático, o fortalecimento das parcerias na América do Norte e alguns blocos que estão se formulando na África. Deste modo, apenas o MERCOSUL vem ficando para trás, na medida que os demais criam parcerias multilaterais entre seus membros, vemos o MERCOSUL travado pelas relações Brasil-Argentina, assim não aproveitando da cooperação gerada pelo próprio bloco e o multilateralismo em larga escala que ela representa (GUIMARÃES, 2007).

Diante dessa conjuntura vemos a China com uma incrível capacidade para ampliar parcerias por meio de investimentos em outras localidades, além de vermos

¹ Eurásia é uma proposta de aprofundamento da integração econômica e política entre os países Bielorrússia, o Cazaquistão, Rússia, o Quirguistão, o Tajiquistão e outros estados países da Comunidade de Estados Independentes (CEI) seu objetivo é fundamentar um bloco econômico e integral.

a sua capacidade de fomentar o desenvolvimento econômico por meio de ações diplomáticas empreendedoras².

No século XXI a China vem promovendo a sua influência na Ásia do Leste por meio de investimentos estrangeiros direto (IED) no bloco ASEAN³ como uma das principais ações realizada pelo Estado na fomentação de uma parceria regional asiática.

Os atores e estudiosos internacionais sempre indicaram a Ásia como uma região capaz de equilibrar as relações de poder no sistema internacional; começou com o Japão que por muito tempo representou o oriente como polo de poder, com o tempo, foi caindo em descaço pelo seu alinhamento automático com os Estados Unidos (EUA). Esse alinhamento não foi muito bom para imagem nipônica no oriente. Nesse cenário surgiu a China, que na verdade vinha ressurgindo como principal líder continental (NYE, 2010) aproveitando da sua economia fortificada, levou os países do leste asiático a uma nova guinada tanto economicamente quanto no quesito de cooperação regional proporcionada pelas redes produtivas de cooperação⁴ (KHANNA, 2008).

Com isso discorrido, e por meio de uma análise observando a realidade, esta pesquisa se embasara na utilização de três recortes teóricos: a teoria do Neo Funcionalismo; a teoria Neo Institucionalista e a teoria da Interdependência Complexa. Nossa análise tem como foco a ação do Estado, entendendo este como um ator social capaz de ação; em outras palavras, pretendemos analisar o ator e o efeito da realidade social que está inserido, buscando levar a compreensão dos interesses particulares naquela realidade com os objetivos – implícitos ou explícitos, colocando moldes na constituição do fenômeno de cooperação regional.

Para compreender o fenômeno dos processos de cooperação da China com a Ásia do Leste⁵, este capítulo terá divisão em duas partes, a primeira irá falar sobre

² Meios de articulação chinesa especializada pela diplomacia da promoção do Estado (YANG, 2014)

³ ASEAN são países do sudeste asiático com rápido crescimento econômico nos anos 1980 e hoje são uma das economias mais ativas do mundo.

⁴ Redes produtivas de cooperação são processos de desenvolvimento de produtos manufaturados que tem sua origem diversificada em vários países e localidades, fazendo assim uma rede fabril onde cada parte é feita em um território por suas vantagens na produção de tal artigo.

⁵ Parag Khanna, em seu livro O Segundo Mundo. Utiliza o termo “Ásia do Leste” para diferenciar as outras regiões do continente. Entendemos nesse trabalho que Ásia do Leste fundamenta os países do sudeste asiático e do extremo oriente, em nenhum momento aqui nesse trabalho coloco que os países são iguais culturalmente ou tem a mesma distinção. Apenas utilizo para enquadramento geográfico.

cooperação Chinesa e seu processo na região, orientando em dois pontos a) uma síntese quanto a temática do regionalismo nas Relações Internacionais, destacando temas e questões para políticas econômicas e regionais, e b) discorrer sobre o tema de cooperação regional em si, definindo pontos importantes que serão desenvolvidos durante o trabalho.

A segunda parte falará sobre as teorias em si, definindo as questões que serão tema de debate, sempre centrando discussão nos conceitos teóricos relacionados à cooperação regional e as Relações Internacionais, a partir das teorias Neo Institucionalista, do Neo Funcionalismo e a Teoria da Interdependência Complexa.

2.1 O NOVO REGIONALISMO ASIÁTICO COMO FERRAMENTA DE INICIATIVAS CHINESAS DE DESENVOLVIMENTO

O potente desenvolvimento econômico da China nas últimas décadas sobretudo a partir de 1979 onde Deng Xiaoping⁶ coloca em prática a abertura de mercado que despertou grande atenção da comunidade internacional no sentido de melhor compreender o fenômeno do socialismo de mercado, quanto também da economia geral do mundo. Para entendermos como o país atingiu sua relevância internacional, devemos analisar a sua conjuntura e sua história nas relações internacionais (QIN, 2007).

A República Popular da China está localizada ao leste do continente asiático e ao oeste do oceano pacífico, sua superfície é de 9.596.961 km² conseguindo assim o título de terceiro maior país do mundo, faz fronteira com Laos, Mianmar, Índia, Nepal, Vietnã na região sul, com o Afeganistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Cazaquistão ao oeste, Rússia, Coreia do Norte e Mongólia no norte e leste. A população da China é a maior do mundo com um número de 1.349.586.000 bilhões de pessoas (NAT GEO ATLAS, 2015).

No momento que a China se estabeleceu como um novo Estado, os governantes procuraram preparar setores estratégicos para uma melhor internacionalização, exemplo disso é a procura por novos diplomatas e pessoal

⁶ Deng Xiaoping líder chinês a partir do ano de 1979, onde implantou reformas e abertura econômica, também arquitetou a china por meio do socialismo de mercado regime vigente até os dias de hoje.

especializado para buscar o reconhecimento da China internacionalmente e representa-la oficialmente (WANG, 2009).

Para compreendermos as questões que serão recorrentes sobre economia, integração e blocos regionais utilizaremos desse tópico para salientar as principais vertentes internacionais acerca desse tema, especialmente na conjuntura asiática.

Hoje as empresas transnacionais possuem um grande poder de influência nos Estados, sua importância para os desenvolvimentos econômicos além da força política que muitas delas ganharam sobre políticas econômicas, tem grande relevância para entender o regionalismo no mundo, e o novo regionalismo asiático (LOPES, 1997).

A globalização ao lado do desenvolvimento econômico corroborou para a extraordinária internacionalização da economia mundial, os Estados foram estimulados a buscar novas formas de agregar mercado e fazer cooperação para estimular a economia, garantir novos investimentos externos direto e aumentar sua área de influência na economia global (KNOX; AGNEW, 1994).

Na interdependência criada por essa busca do firmamento econômico, podemos dar destaque a União Europeia (UE), o maior bloco econômico e integrado existente. Com a UE como bloco principal a ser seguido pelos seus desempenhos, outras regiões do mundo contemplaram a ideia e, assim, começam a despontar blocos na América, na África e Na Ásia de caráter econômico.

Os assuntos de abertura econômica ganharam força com as questões de multilateralização promovidas por mecanismos como o GATT⁷, que - incluía as “clausula da nação mais favorecida” e “negociações multilaterais” lembrando que durante a história tratados assim já aconteceram principalmente durante os impérios e as colonizações - com isso os países começaram a institucionalizar suas parcerias econômicas. Desse modo, o desenvolvimento dos espaços de integração aumenta, compreensivelmente, as vontades de adesão por parte do que estão de fora (Estados), ou mesmo medo, para não perder as oportunidades comerciais resultantes dessa integração ou mesmo dessa cooperação (PORTO, 1997).

⁷ Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio. Trata-se de uma convenção que foi idealizada por ocasião da Conferência de La Havana em 1947, tendo sido celebrada um ano mais tarde por 23 países, com o objetivo de fixar um conjunto de normas comerciais e de concessões alfandegárias. Hoje a evolução desses acordos foi a concretização da Organização Mundial do Comercio.

As compreensões de níveis de integração são vistas pelas formas e etapas que a elaboram, para contextualizar e entender utilizaremos Porto (1997) para elucidar as cinco etapas de integração: Primeiro, Zona de Preferência tarifaria, onde podemos utilizar a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é o processo mais simples, pois existe uma diminuição de tarifas para países que fazem parte; Segundo, Área de Livre Comercio, nesse nível de integração podemos utilizar o NAFTA⁸ onde as barreiras visíveis são eliminadas (Impostos de exportação e importação, por exemplo) pelos países que são sócios, os países devem ter comercio como se todos fossem os mesmos Estados econômicos, com quebra de barreiras. Os produtos têm liberdade, mas ficam a cargo de cada membro decidir sua abertura comercial. Cada um pode elaborar sua política comercial no exterior; Terceiro, com a complexidade que começa a criar para alinhar esses fatores, os níveis começam a se elencar, então temos a União Aduaneira onde segue os preceitos da Área de Livre Comercio só que se cria políticas igualitárias nas TEC (tarifa externa comum) fazendo assim, com que os associados sigam uma política tarifária uniforme; Quarto, depois de alcançar essas etapas podemos ver o Mercado Comum onde os membros entendem que mercadorias e tarifas estando igualmente simétricas, as pessoas podem trabalhar e viver em qualquer país, claro que existe a necessidade de acordos para obtenção dessa forma de integração. Além do mais as empresas podem se internacionalizar de maneira mais fácil, com instalações ou até mesmo investimento em qualquer um dos países membros existindo assim a livre circulação de mão de obra, serviço e capital; Quinto e último, União Econômica e Monetária é o nível de maior integração, quando, os países conseguem contemplar todas as outras etapas e ainda obtêm a mesma moeda e a integração econômica de nível superior, o único exemplo que temos é a União Europeia. (LOPES, 1997).

Entender o espaço regional (regionalização), ou a criação de blocos econômicos regionais, ajuda a compreender como as forças políticas dos Estados e o engajamento dos agentes econômicos estão fomentando as estruturas regionais de capital, a partir da união de esforços para a integração ou uma combinação regional.

⁸ NAFTA ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio é um bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México.

2.1.1 Conceito de região e a diferença entre regionalização e regionalismo

Quando tratamos do tema de integração é indispensável definirmos o conceito de região, pois, sua complexidade deve ser estabelecida tanto geograficamente e por influência mútua. Arrighi (2003) afirma que as regiões devem ser caracterizadas pela interdependência entre os Estados em múltiplas áreas e também as interações que ocorrem entre os Estados. Para confirmar as afirmações de Arrighi podemos usar a definição de Nye (1968) onde região são “[...]um determinado número de Estados ligados entre si por um relacionamento geográfico e por um nível de interdependência mútua [...]” (NYE, 1968, p. 12).

Posto isso, analisamos que as características semelhantes não são objetos de grande importância no quesito de região e sim a interatividade que existe em uma determina extensão geográfica.

A identificação e a distinção da regionalização e regionalismo são importantes para delimitar a área de atuação de cada qual, além de promover um entendimento sobre questões que possam surgir por esses dois conceitos.

O entendimento sobre regionalização é descrito por Medeiros (2008) como processos econômicos informais que aumentam a interdependência de uma certa região, sua elaboração vem dos fluxos financeiros, dos mercados privados, do comércio e medidas tomadas por empresas transnacionais. A regionalização é uma integração natural do mercado, visto que, é estimulada pela dinâmica do crescimento econômico em áreas de redes produtivas.

O regionalismo estaria ligado a políticas que buscam a integração por meios de arranjos conscientes para coordenar a integração econômica. Sua diferença para a regionalização está no instrumento da política para acoplar planos de integração em uma certa região. (HURRELL, 1995).

No final do século XX, podemos ver na Ásia do Leste o conceito de regionalização ser mais evidente pelas características do mercado internacional e os objetivos serem predominantes na área econômica, prova disso é o comércio intra-regional que abriu o mercado asiático de maneira mais abrangente nas últimas décadas. As mudanças para o regionalismo começam a ser percebidas com políticas de governos para fomentar áreas estratégicas e aumentar suas parcerias, os acordos regionais também demonstram essa nova interação de governo e cooperação criando arranjos e trabalhando juntamente com outros blocos

(HURRELL, 1995; MEDEIROS, 2008). Essa abordagem será melhor abordada durante o terceiro capítulo onde faremos uma análise das relações China-ASEAN.

Esses conceitos e definições ajudam a compreender como a China conseguiu sua inserção na Ásia do Leste por meio da economia, mesmo os chineses não participando direto de muitos blocos regionais, consegue atingir notoriamente os mercados dessas regiões além de ser o carro chefe de muitas economias tanto asiáticas como do resto do mundo.

2.2 CONTEXTO: OS BLOCOS REGIONAIS E SUA CONSTITUIÇÃO

Um ponto de suma importância para a compressão e definição teórica sobre integração e constituição de blocos regionais, está associado no entendimento entre os termos cooperação e integração. Karl Deutsch (1968) define integração por etapas, onde fica observado que integração regional deve conter diretrizes e aspectos como:

[1) Compatibilidade dos valores centrais; 2) distintos meios de vida; 3) crescimento de mercado na capacidade política e administrativa de alguns membros da comunidade; 4) expectativa de laços econômicos fortes e ganhos mútuos; 5) crescimento superior para os membros adeptos; 6) a ampliação da elite política; 7) mobilidade de pessoas, ao menos nos estratos politicamente relevantes; 8) a multiplicidade de gamas de transações e de comunicação⁹](DEUTSCH, 1968).

A cooperação reside na condição da preparação de agendas conjuntas com intuito de promover ganhos, ou mesmo políticas de interesse estatais, preservando seu direito e soberania de forma independente entre as parcerias. Já a integração, de outro modo, seria uma relação mais próxima na qual agenda de projetos é fomentada por meio de métodos coletivos resultando em uma série de relações econômicas, sociais, culturais e institucionais mais intrínsecas do que visto na relação de cooperação. No que tange aos processos de integração, a diferença entre os dois é que a integração pode resultar no estabelecimento de algum organismo supranacional, fator que não acontece quando o processo de cooperação é objetivo entre as nações (MEDEIROS,2008).

⁹ The international Political Economy of new Regionalism Series: Cooperative Regional Integration a theoretical.

Então podemos dizer, que a integração comparada com a cooperação, além de ser mais ampla, por motivos do fomento em outras instituições políticas, ou mesmo, em uma modificação expressivas para as instituições internas dos membros. Os processos de integração envolvem o Estado por completo, atingindo a sociedade por um todo, criando interações que ultrapassando o controle do Estado, principalmente entre grupos representantes da sociedade e outros meios de interesse. Já a cooperação é uma estratégia dos governos que pode ser largada dependendo da situação, enquanto que a integração tem um caráter mais vinculante. Sair dela pode causar um alto custo para os Estados, especialmente quando sua composição de instituição ganhou legitimidade (MEDEIROS, 2008; PORTO, 2001).

Com entendimento sobre essa diferença posto, Mearsheimer (1994) coloca em uma de suas obras “A Falsa Promessa das Instituições Internacionais”¹⁰ que a criação de organismos internacionais que busquem instituir regras para a solução de litígios no sistema internacional anárquico¹¹, através de um sistema parecido com o Sistema de Solução de Controvérsia¹², não prosperara no sistema internacional. A crítica se baseia nos meios normativos internacionais criados pelas instituições que não conseguem ter força compulsória para atitudes em conflitos, além da demonstração dos conflitos existentes, onde, ainda hoje vários lugares são alvos de disputa direta ou indireta das grandes potências, não conseguindo atingir a “paz perpétua” kantiana num período pós-Guerra Fria onde as disputas internacionais não existiriam.

Mearsheimer (1994) contribui nesse estudo para mostrar que os blocos regionais e as instituições internacionais têm caráter igual no desenvolvimento de paz e comércio (são criadas com esse objetivo na grande maioria), mas em nenhum momento compara as mesmas, pois existem diferenças de áreas e de tratados, mais igualmente sofrem processos de mudanças – no caso de blocos começam a ter

¹⁰ *The false promise of international institutions* o autor faz uma crítica direta as instituições internacionais, Mearsheimer contribui para a temática do trabalho aonde coloca o peso das instituições internacionais igual ao peso das cooperações regionais.

¹¹ Sistemas Anárquicos podem ser analisados pela teoria de Hobbes, onde para ele os Estados vivem em um sistema anárquico e que nada pode mudar a realidade, e a busca de poder é iminente.

¹² Sistema de Solução de Controvérsias é um elemento central para trazer segurança para as rodadas de negociações do comércio internacional, além de ser um elemento importante para a seguridade dos países para o cumprimento das regras gerais do comércio internacional. Reconhecido por ser um dos melhores meios internacionais de solução de controvérsias.

transbordamentos para área de segurança, econômica e social, já nas instituições para adequação de uma certo consenso para que as regras possam ser aceitas em caráter multipolar - pelos próprios atores como pelo sistema internacional. O desenvolvimento de tratados, organismos e blocos tem na sua constituição uma certa eficiência para manter o ambiente internacional mais seguro e positivado.

No entanto Mearsheimer (1994) assegura que sem a força dos atores nacionais para igualar as pretensões de determinado Estado, as Instituições Internacionais como as Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comercio (OMC), a União Europeia (UE) em sua forma ampliada (supranacional) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC)¹³, por exemplo, não conseguem resolver todos os problemas e conflagrações inerentes as disputas de interesses de grupos político e Estados.

Com base no artigo de Mearsheimer (1994), existe uma grande importância das instituições na esfera internacional, pois elas criam mecanismos de mediação entre Estados e atores institucionais, onde conseguem instituir polos neutros de conversas para melhores abordagens, aonde conseqüentemente conseguem unir as mudanças das instituições internacionais com as sociedades locais de cada Estado (a interação da sociedade internacional por meios transnacionais).

As Nações Unidas é uma prova de que no sistema internacional as interações e pressuposto podem ser alterados e atualizados, sendo que a base da própria ONU vem da antiga Liga das Nações que decorrentes do fator histórico não conseguiu sobreviver ao sistema internacional, e precisou ser melhor desenvolvida no âmbito internacional, foi legitimada como mecanismo de mediação de quase todas as potências e países do globo, possibilitou criar um fórum de deliberações para melhor viabilizar as condições de decisões por meio consultivo para torna-se conjunta, para não ocorrer uma discrepância nas decisões de outros Estados e arquitetar um mecanismo comum, durante os anos teve o seu papel reconfigurado no sistema internacional, passando para mecanismo formal de regulação das novas nações do período pós colonial que coloca o mundo nessa descrição de multipolar.

No final do século XX podemos ver a mudança da conjuntura do sistema internacional, além da necessidade dos Estados reformulem seu papel para uma

¹³ APEC é um fórum onde 21 países estão envolvidos para debates acerca de segurança, liberalização do comercio, elevação do nível de vida. Sua formação é muito estratégica pois contempla o Oceano Pacífico, além de unir múltiplas economias em desenvolvimento.

nova ordem, pois o mundo bipolar não fazia mais parte da conjuntura e o unipolar não era o único caminho para os países e sua política externa.

Nas últimas três décadas surgiu um imenso número de instituições regionais com grande pluralidade entre as mesmas, essas ocorrências têm significado no propósito dos Estados em buscarem ampliação de suas influências e da necessidade de atrelar mecanismo que aumentem sua capacidade de fazer valer seus próprios interesses, visto a precipitação do Ciclo Hegemônico norte americano¹⁴. (ARRIGHI, 1996). Este resultado gerou um processo duplo: por um lado a vontade por meio da necessidade de resolver entraves com outros países através da mediação com outras nações, sem incorrer no constrangimento de interferir ou violar esferas de influências de outras potências, e por outro, a busca de novas polarizações (entraves) gerado pelo fim das disputas internacionais.

A busca contínua pela consolidação de um sistema regional que viabilizasse o estabelecimento de uma força além do próprio poder local é um fator histórico e recorrente da política dos impérios e historicamente do continente Europeu. A Guerra dos Cem Anos; as Guerras Napoleônicas; a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, apenas para salientar os mais marcantes acontecimentos da humanidade na busca de um sistema regional (ARRIGHI, 1996).

As forças regionais para a consolidação de blocos não foram unicamente europeias, em outras regiões a constituição do regionalismo também floresceu. O sudeste asiático tem sua história marcado por motivos que antecedem a Guerra Fria. Com o fim do colonialismo na região asiática e o esfacelamento dos regimes coloniais europeus, permitiu aos governos desta região retomar as relações diplomáticas com os parceiros regionais e reativar a economia integrada da região. (KHANNA, 2008).

As economias da Ásia do Leste sempre estiveram ligadas durante a história, em especial aquelas que estão diretamente conectadas ao grande rio regional, o Rio Mekong, por exemplo, devido as estreitas relações culturais, econômica e sociais envolvidas pelo rio e sua geografia. No tempo que os regimes asiáticos eram controlados por forças externas, que minaram o poder por meio do imperialismo e a

¹⁴ Ciclo Hegemônico, Giovanni Arrighi trata os ciclos como conjunturas de perca, utilizando a história ele consegue elucidar vários ciclos que ocorreram e depois acabaram. O ciclo dos Estados Unidos começou século XX e perdura até hoje, mas começam a surgir novos Estados forte em alguns setores que para Arrighi começa a perder o status de *hegemon*.

colonização, arruinou este processo que fez reinos do sudeste asiático anteriormente desenvolverem (KHANNA, 2008).

Após a retirada dos países imperiais das regiões onde fica a Ásia do Leste, estes países rapidamente retomaram as relações regionais, constituído desta forma a ASEAN que ampliaria a presença de novos integrantes do sudeste asiático, a discussão sobre a ASEAN e demais projetos de constituição de concertações regionais será tema central do terceiro capítulo desta monografia.

Mearsheimer (1994) por meio da teoria realista ofensiva exprime que as instituições internacionais não conseguem avançar nos problemas reais, uma vez que, os Estados têm preocupações como a própria sobrevivência e a natureza dos Estados são conflitivas e essas não podem ser resolvidas por instituições, no próximo capítulo demonstraremos por meio das Teorias que fomentam a cooperação e desenvolvimento de que é possível manter-se em um cenário anárquico regido pelas instituições, além de um esboço dos ganhos relativos e ganhos absolutos¹⁵ advogados pelos Neo Institucionalistas.

2.3 TEORIA COOPERAÇÃO REGIONAL

As teorias de Ciência Política e de Relações Internacionais que discutem o tema de integração e a concretização de arranjos formais de cooperação. São recortes que proporcionam um maior entendimento teórico acerca desses temas. As questões relevantes a China e Ásia do Leste que foram antes apresentadas.

As teorias acerca de integração e cooperação regional, em geral, acolhem o pensamento de Kant (1795) acerca da possibilidade da elaboração de um sistema fundamentado no estado de natural onde haverá algum instrumento institucional que promovera a serenidade e paz na região. Os Estados necessitam alterar sua visão:

[...] e fundar uma federação de Estados, segundo a ideia de um contrato social originário, ou seja, uma união dos povos por meio da qual eles sejam obrigado a não se intrometer nos problemas internos uns dos outros, mas proteger-se contra os assaltos de um inimigo externo; essa federação não institui um poder soberano [...], mas assume a figura de uma associação, na

¹⁵ Ganhos Absolutos dentro do debate teórico econômico pode ser entendido como a busca de maximizar os ganhos em todas as partes e membros, então todos sairiam ganhando por meio da cooperação. Neste trabalho relativizamos com os Ganhos Relativos que buscam apenas explicar quem ganhará mais por meio da cooperação.

qual os componentes permanecem num nível de colaboração entre iguais (BOBBIO, 1997, p. 159).

Mas para explicarmos com maior eficiência os esforços integracionistas recentes, é preciso utilizar um apanhado de Teorias de Relações Internacionais que envolvam cooperação e integração regional, visto que não existe uma única teoria que abranja e explique todas as formas de regionalismo existentes principalmente no caso asiático. Gilpin (2001) analisa que cada processo de integração tem uma abordagem específica, criando uma certa particularidade no processo de integração em geral, por isso fazer uma análise utilizando teorias diversificadas de integração é contundente para formulação da ideia de integração asiática. (GILPIN, 2001).

Gilpin (2001) e Kawai (2005) utilizam uma abordagem eclética acerca das Teorias de Relações Internacionais, podemos ver na utilização do neo-institucionalismo onde compreendesse que instituições internacionais, incluindo os arranjos regionais, são estabelecidos para superar problemas de mercado, resolver dificuldades de organização e/ou eliminar obstáculos a cooperação econômica, além de que, para o neo-institucionalista a interdependência gera demandas para a cooperação. Para os Institucionalistas, a regionalização ocorrida na Ásia do Leste é uma prova de que quanto maior a demanda por materiais, é preciso estabelecer uma gestão coletiva por meio de arranjos, para administrar a crescente interdependência da região.

Na teoria neo-funcionalista, a cooperação gera mais cooperação, isto é, os esforços para integração criam problemas adicionais que necessitam de uma maior coordenação para serem resolvidos e dar continuação nos processos.

Com a Interdependência Complexa entendemos os elos de ligações das economias asiáticas criando efeitos de regionalização e posteriormente sendo usada como instrumento para a integração econômica, fruto das demandas estatais.

Com isso posto, o entendimento acerca das Teorias de Relações Internacionais ficará mais evidente para a utilização das três teorias que serão fundamentais ao longo desta monografia, pois evidenciaram como a China por meio de suas iniciativas de cooperação e desenvolvimento está aumentando os laços da integração na Ásia do Leste. A ordem das teorias seguirá a Neo Institucionalista, o Neo Funcionalismo e a Interdependência Complexa.

2.3.1 Teoria Institucionalista e o Neo institucionalismo

Temos como ponto inicial a Teoria Institucionalista como uma ferramenta de análise das relações interestatais, a qual observa os atores estatais como agentes formuladores de ação, juntamente com uma centralidade nas instituições internacionais buscando contemplar entraves e mediações de demandas de diferentes atores estatais.

A anarquia é presente e constante para os Institucionalistas, no entanto, existe ressalvas no momento da interação entre os Estados. Essas afirmações podem ser concedidas nesse estudo, quando vemos a crescente interdependência econômica e o surgimento de instituições internacionais atrelada a regimes internacionais¹⁶, criando um caráter de institucionalização (KEOHANE, 1989; KRASNER, 1982).

A racionalidade do Estado é visível, tanto em questões de cooperação com outras nações através da busca de ganhos, esses, podendo ser políticos, econômicos ou de segurança. Como também, por meio dessa cooperação dividir sua esfera de poder, criando assim, uma distribuição de poder naquele ordenamento. (KEOHANE, 1989).

O enfoque debatido pelos institucionalistas está na demonstração que assuntos externos elaborados por instituições internacionais tem a capacidade de alterar ou mesmo de influenciar os governos e suas tomadas de decisões. Os casos clássicos começaram a aparecer no pós-Guerra Fria, aonde os Estados não querem que organismos internacionais deixem eles em situações ruins frente a comunidade internacional, o que acarretaria problemas comerciais, de negociações e acordos internacionais (KEOHANE, 1984).

A cooperação começa a se tornar significativa no momento que Estados racionais percebem as possibilidades de ganhos, refletidos na interdependência gerado pela relação custo/benefício. Essas relações começam a criar auto interesse

¹⁶ Segundo Krasner (1991) regimes internacionais são princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões ao redor dos quais as expectativas dos atores convergem em uma dada área-tema. Como ponto de partida, os regimes são conceituados como variáveis intervenientes, estando entre fatores causais básicos, resultados e comportamentos relacionados.

das nações em gerir esses meios de cooperações, assim são instituídos regimes e instituições¹⁷ (KEOHANE, 1989).

Se tornará evidente ao longo deste trabalho os conceitos da teoria institucional, pois transmitiram o conceito da importância da cooperação como meio para manutenção da paz, exemplificando casos como da União Europeia e ASEAN, que são frutos da cooperação entre Estados e que procuravam por meio de interesses fortalecerem cada qual em sua respectiva região.

Com essa conjuntura, ao passar do tempo surge os neo-institucionalistas que englobam novas temáticas nos estudos institucionalistas, principalmente na ação dos “atores” que agora teriam caráter interno também. Os interesses fazem parte da escolha racional do Estado, mas para os neo-institucionalistas as ações burocráticas, de movimentos internos e grupos econômicos influenciam na mudança do comportamento externo do Estado. Criando novos meios de influência na política externa (MARCH; OLSEN, 1984).

A governança mundial também entra no debate geral dos neo-institucionalistas, a importância da influência das instituições internacionais fica evidente pelo comprometimento da comunidade internacional sobre assuntos que pautam as organizações. Nesse momento para a teoria neo-institucionalista as organizações passam a ter papel fundamental na coordenação e cooperações dos Estados, sempre buscando o bem-estar econômico dos mesmos (KEOHANE, 1989, MARCH; OLSEN, 1984).

Os ganhos relativos propostos por teorias neo-realistas não se enquadram com a percepção da realidade vivida hoje pelos Estados, a cooperação tornou-se de suma importância para o desenvolvimento mundial e os ganhos absolutos se tornam real dentro das cooperações (MARCH; OLSEN, 1984).

Com isto posto, falaremos agora sobre a teoria de Ernest Haas (1962) onde acende a percepção da cooperação e integração pautados no desenvolvimento interno, modificando estruturas institucionais e setoriais, assim, fazendo o caráter supranacional emergir como ferramenta dos processos de transbordamentos (*spillover*), que são demandas institucionais.

¹⁷ Vale salientar que para Keohane instituição é “um conjunto de regras permanentes e conectadas que definem os papéis comportamentais, limitam a ação e compartilham expectativas” (KEOHANE, 1989 p. 3).

2.3.2 Neofuncionalismo recorte teórico

A teoria Neo Funcionalista foi difundida e formulada por Ernest Haas, mas sua essencial é propagada por Mitrany (1954) onde cunhou o termo funcionalismo e levou sua teoria por meio de sua obra *The Prospect of European Integration: Federal or Functional*, aonde buscou analisar a integração europeia com um olhar mais técnico e sua teoria de ramificação. Haas buscou a avaliação do comportamento intergovernamental e a precisão de constituir instituições que pudessem gerar a intermediação de interesses entre Estados, utilizando da teoria de ramificação de Mitrany completa o funcionalismo com efeito de *spillover* alguns anos mais tarde. (HAAS, 1962). Questões como processos de integração também foram analisadas para a formulação da teoria. O processo de integração Europeu é utilizado para explicar as premissas de Haas.

Nessa monografia, o objetivo dessa teoria é demonstrar os processos de integração como elemento chave para o desenvolvimento na região asiática, utilizando da União Europeia e o desenvolvimentos das economias mundiais durante o século XX e XXI, uma vez consideradas as novas demandas da economia política internacional, estes arranjos foram estabelecidos para melhorar a eficiência de regiões estratégicas, seja por meio de acordos políticos, seja por meio da criação de instituições supranacionais, a análise imposta aqui é comparada aos termos técnicos para a integração.

O elemento central na análise neofuncionalista é conhecido como núcleo funcional, o qual é responsável por congrega os agentes da integração - partidos políticos, grupos de interesse, elites políticas. núcleo este, que em função de sua composição e conseqüentemente de sua potencialidade de assumir compromissos e cumprir agendas internacionais, é responsável por impulsionar a integração. É também a partir deste núcleo funcional que se dá o chamado *spillover*. Este processo transbordamento da integração de outras áreas, levando à mobilização de diferentes grupos da sociedade acerca do tema.

Como estímulo para esta cooperação entre Estados Haas apresenta quatro meios que os Estados procuram: O desenvolvimento econômico; a promoção da segurança; controle de aliados econômicos; e unificação de uma comunidade no sentido mais abrangente. (HAAS, 1962).

Desta maneira, podemos apontar um caminho apresentado por Haas, que se inicia na formação de grupos funcionais, capazes de promover e impulsionar os processos integrativos. À medida em que este processo mostra-se satisfatório, temos o *spillover effect*, que é responsável pelo transbordamento da integração para novas áreas (HIRST,1991).

Por fim, afirma Haas, podem ser apresentadas uma tendência a integração. Essa exposta num menor nível que o outro. Num nível primário de desenvolvimento institucional abordamos o intergovernamentalismo, que versa sobre políticas que carecem de instituições, ao passo que dotadas de burocracias reduzidas, utilizam-se de representantes diretos da sociedade civil ao processo integrativo.

De tal modo, conforme a teoria Neofuncionalista, a construção de Blocos Regionais e a constituição de cooperação interestatal é um duplo processo, é a objetividade de interesses da produção transnacional ligados ao intuito de fomentar um conjunto de parcerias e arranjos de decisões coletiva que busquem a promoção conjunta dos Estados membros.

2.3.3 Teoria da Interdependência Complexa

Partindo do pressuposto kantiano de que a introdução do comércio e sua permanência são processos civilizadores para as nações, pois pelos processos de trocas de mercadorias os homens são obrigados a fomentarem acordos, para que os negócios tenham evolução e não passe por problemas futuros. A utilização da força pelos Estados aniquilaria as condições de produção para o alimento da civilização, além de gerar problemas na manufatura e na confiança necessária para creditar os investimentos nesse mesmo Estado.

Keohane (1984) afirma que dentro da lógica de trocas mútuas entre os povos se cria a necessidade de constituir mecanismos para regularem a conduta dos agentes para manutenção do sistema econômico, manutenção essa que busca dar maior garantias de investimento no exterior, garantias positivadas, financiamento, credito, emprego e oferta de produtos entre Estados além de estruturar a ação empreendedora dos investidores.

O modelo da dependência apresentado por Keohane (1984) faz o conceito de interdependência aparecer uma maneira ideal para explicar as relações entre os Estados como algo que supera as disputas fundamentadas sobre poder e

segurança. O poder claramente permanece como um elemento central além do militar nesse entendimento, contudo a incorporações de novos campos são evidentes, como econômico, ambiental, social, entre outros (KEOHANE; NYE, 2000).

“A interdependência refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países.” (KEOHANE; NYE, 2000, p. 105) não criando relações necessariamente como um todo pelos Estados, assim podendo se relacionar por áreas mercadológica ou mesmo financeiras apenas. Outra característica da interdependência é seu caráter restritivo, é um fenômeno que ocorre em uma região ou no relacionamento de dois Estados, não criando um efeito difundido, como ocorre no caso da globalização que atinge todos os Estados de múltiplas formas.

Kohane e Nye (2000), seguindo o entendimento acima, buscaram desenvolver um enfoque teórico que demonstrasse a elevação dos atores transnacionais na política mundial, questionando os fundamentos do realismo clássico e do neo-realismo.

Os autores utilizam as ações transnacionais para afirmar que suas consequências criam cinco mudança para as relações interestatais: que são, primeiro, mudança de comportamento em atores dentro dos Estados; segundo, divulgação do pluralismo internacional por meio de grupos de interesses nacionais em estruturas transnacionais; terceiro, criação de independência e dependência restringindo a ação do estado nacional; quarto, invenção de novos instrumentos de influência; e quinto, aparecimento de atores com políticas externa privada, o que provoca algum tipo de oposição em relação as políticas dos Estados ou aos seus próprios interesses (KEOHANE, NYE, 1981).

Esses fenômenos podem ser analisados por surgimento de blocos em momentos de dificuldades comerciais ou até mesmo para solucionar isoladamente determinados problemas. Cria-se um forte estímulo para as nações cooperarem, como exemplo podemos citar o Mercosul, cujos associados optaram pela integração quando perceberam essa opção como possível saída para as dificuldades, no final dos anos 1980, em decorrência da forte crise financeira do mercado internacional, que provocou impactos negativos sobre toda a América Latina.

A Teoria de Interdependência Complexa coloca dois meios de manifestação de força no sistema internacional, são elas a *sensibilidade* e *vulnerabilidade*. Essas manifestações caracterizam a maneira como os recursos são aproveitados frente a

outro ator com objetivo de influenciar os resultados de determinado posicionamento e situação. Com isso, podemos expor a vulnerabilidade e a sensibilidade:

A sensibilidade refere-se ao impacto interno que as alterações em âmbito internacional causam. Por outro lado, a vulnerabilidade é demonstrada a partir da capacidade de um ator de enfrentar as mudanças no cenário internacional, bem como os custos provenientes dessas mudanças. Esta dimensão se destaca como elemento determinante na política internacional, pois se o ator em questão for menos vulnerável possuirá maior poder de barganha e possibilidade de estratégias nas relações internacionais, mas essa influência acarretará riscos (ALVES, 2003 p. 356).

A vulnerabilidade retrata a possibilidade de determinado país de influenciar no resultado das ações de outro país. Sendo que dessas dimensões ocorrem resultados que podem ser imediatos ou de curto prazo. Porta tanto, o grau de influência e de controle de resultados, em maior ou menor grau, se resume aos conceitos de sensibilidade e vulnerabilidade (RICOBOM, 2003, p. 254-255).

Com isso, a sensibilidade e vulnerabilidade são manifestações que influenciam os resultados da interdependência, pois são atrelados com as questões do poder. Essas manifestações se transformam em fontes de poder e são utilizados pelas Organizações Internacionais e os Estados para promover seus objetivos.

A disponibilidade de recursos é fundamental para criar uma maior força na manutenção da *sensibilidade e vulnerabilidade*, por isso países como os da ASEAN perceberam a capacidade de poder chinês para ampliar suas ambições, sabendo que estão interligadas pelas questões de interdependência que seriam gerada por aquele país a partir da década de 1990 (NYE, 2012)

Na política externa, o conceito de interdependência está atrelado a relação recíproca entre nações, mercados e sociedades nas trocas comerciais, sendo estes eventos conhecidos como interdependência, pois se cria uma rede de pluralidade de mercados, produtores e consumidores.

De acordo com Keohane (1984) a demanda de interesses na agenda internacional não está hierarquizada, as agendas construídas hoje pelos Estados são muito mais ligadas para o comércio do que propriamente a agenda de

segurança, que sempre foi adotada como central da Teoria Realista¹⁸, portanto, para este autor, agora a agenda global estaria ajustada em uma agenda plural de interesses

Estabilidade política, segurança jurídica, contenção de ameaças, garantias trabalhistas, capacidade de escoamento de mercadorias, capacidade de consumo e outros pontos são alguns dos temas que estão constantemente em foco nas mediações entre agentes políticos internacionais e, para cada um deles, podem aparecer múltiplos tipos de disposições institucionais: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) atendem temas como finanças e crédito para Estados; OTAN e Organização para Cooperação de Shanghai tratam de temas como segurança coletiva; enquanto MERCOSUL e ASEAN lidam com temas tarifários e o amparo do mercado interno, apenas para citar algumas instituições.

Sob a perspectiva de que a interdependência também é um instrumento de poder e pode ser utilizada pelos Estados para compor suas ferramentas internacionais, o conceito de *soft power* alimenta-se da interdependência complexa para beneficiar seu explorador. Utilizando dos mercados e dos múltiplos canais da comunicação para suas ações serem realizadas.

Neste capítulo abordamos as teorias de cooperação regional, sua ênfase na diversificação das estruturas de integração e seus fatores, o Neo institucionalismo atrelado com as instituições e seu caráter externo, depois seguimos com o Neo funcionalismo ligado a área de desenvolvimento interno dessas instituições ao lado do intergovernamentalismo.

Ao longo deste capítulo foram abordadas as teorias de cooperação regional - destacando seus fatores externos e internos e sua ênfase na diversificação das estruturas de integração – bem como o caráter externo do Neo-institucionalismo e sua correlação com as instituições, ao mesmo tempo discorreremos sobre o Neo-funcionalismo atrelado a área de desenvolvimento interno das instituições e, por fim, falamos da Interdependência Complexa como chave para complementação das Teorias de Cooperação.

¹⁸ O Realismo vê um conflito perpétuo entre as nações, seus conceitos como, anarquia, conflito, poder, interesse são comuns para os teóricos e a segurança é de extrema importância para o Estado.

3 A CHINA E A COOPERAÇÃO REGIONAL NA ÁSIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Para Arrighi (2003) o ressurgimento asiático no sistema internacional econômico começou a ocorrer nas últimas três décadas, e tem sido atribuído como um dos fenômenos mais importantes para compreender as relações internacionais tanto no contexto atual e futuro, considerando, análises por meio de projeções de mercados (O'NEILL, 2013). Com as exportações, mão de obra, desenvolvimento fabril atrelados a integração dos Estados da Ásia do Leste, podemos ver toda região asiática se estabelecer em um novo patamar de desenvolvimento. Grande parte desse crescimento se deve a interdependência da região.

Para compreender a complexidade da interdependência e poderes estatais configurado naquela região é preciso entender a história regional e a diplomacia dos países que compõe aquela região. Nesse sentido, pode-se dizer que as convenções e tratados formados é resultado das ambições oficiais de cada Estado, que ajudaram no desenvolvimento amistoso e conjunto – não necessariamente integrado – das economias e das sociedades. (KHANNA, 2008).

Essas convenções e tratados são resultados da história que compõe as nações da Ásia do Leste, resultando na criação de ações conjuntas, em forma de tensões ou mesmo de cooperação, ocorridas durante o processo de mediações entre os Estados. A busca pela compreensão da História é o instrumento que os estudiosos e analistas em política internacional têm para encontrar os principais fatores para o entendimento dos eventos atuais (NYE, 2009).

Um século atrás, Theodore Roosevelt proclamava que “[...] a era do Atlântico encontra-se em seu auge e logo terá esgotado os recursos à sua disposição. A era do Pacífico, destinada a ser a maior de todas, está apenas alvorecendo”. A era do Atlântico foi liderada pela Europa e depois pela América. A era do Pacífico será liderada pela China – e por mais ninguém. (KHANNA, 2008 p. 335).

Para compreender melhor esse desenvolvimento asiático é necessário examinar os primeiros movimentos ocidentais na Ásia do Leste partindo do fim do século XIX até os dias atuais. Neste capítulo, nós detalhadamente veremos as

circunstâncias regionais que promoveram o desenvolvimento da cooperação naquela região, abordaremos todo caminho histórico pela ótica chinesa, e seu desenvolvimento político interno e externo. A mudança política econômica que fomenta os estudos da integração asiática será evidenciada pela aplicação e engajamento da política pelos Estados e instituições daquela região.

3.1 A DINASTIA QING, A GUERRA DO ÓPIO E A COOPERAÇÃO PELA FORÇA ADOTADAS PELOS TRATADOS DESIGUAIS

A civilização chinesa não tem um início certo, pois parece que existira durante os séculos, com uma sociedade de mais de quatro milênios com notável força e continuidade. Seu início pode ser datado no vale do Rio Amarelo, onde pequenas cidadelas e reinos evoluíram (KISSINGER, 2011), através de guerras e alianças, para a criação de um Estado centralizado, de grande continuidade e poder histórico. O Estado chinês desde sua origem foi caracterizado pela ênfase na centralização política por meios administrativos, na estabilidade e na continuidade. A experiência com os próprios rios e com questões hidráulicas, que serviam para ajudar os rios não transbordarem, além do completo sistema para irrigação, criação de canais e uma grande habilidade na defesa contra invasores por meio de obras de contenção como a grande muralha. Todos esses aspectos contribuem para a homogeneidade chinesa (VISENTINI, 2012).

A China pouco tem de religiosidade; mesmo com as religiões que entraram no Estado como o budismo e o islamismo, os cultos familiares para os antepassados são mais difundidos que as próprias religiões, com isso podemos perceber uma tendência laica na civilização. Grande parte disso está relacionada com o confucionismo, que representa um conjunto de normas para moldar o comportamento social, que ocupa parte do espaço na sociedade que seria destinado às religiões e suas crenças. Apesar de criar uma hierarquia familiar e política, o confucionismo enxerga legitimidade quando as pessoas se revoltam contra o poder constituído, no momento que o Imperador não consegue mais lutar pelo bem geral da sociedade, fazendo-o, perder o mandato supremo (KISSINGER, 2012). O confucionismo se espalhou pela China e por outros países asiáticos, em que o coletivo se sobressai na sociedade (KISSINGER, 2011).

Quando ocorre o enfraquecimento das instituições políticas chinesas, e conseqüentemente a queda da dinastia imperial, cria-se um período mergulhado no caos, nos conflitos e na desintegração política. A sociedade fica afetada em todos os níveis hierárquicos, desde os camponeses dos mais remotos vilarejos até os grandes nobres e mandarins do palácio imperial. Desses emergem novas lideranças no cenário político chinês, as quais recebem o “mandato do céu”, concebendo uma nova dinastia (HOBSBAWM, 1988).

O arroz, uma das mais importantes técnicas de cultivo e da colheita chinesa, permitiu que o país construísse uma organização de reserva alimentícia, permitindo que o aumento da população fosse possível e uma expansão de fronteiras para o sul até o Vietnã. Esse grande bloco foi se disseminando até se tornou o grande território chinês.

A China sempre se considerou o “Império do Centro”, primeiro pela posição geográfica e depois por peculiaridades do “auto mandato do céu”. Além das suas fronteiras, todos eram “bárbaros” sem importa com nível intelectual ou mesmo com riquezas. (VISENTTINE, 2012). Durante séculos a China precisou fortalecer o seu exército e fazer grandes movimentos para defender seu Estado, exemplo é “Grande Muralha da China”, que servia para amedrontar os “bárbaros” e não deixar sua passagem.

Todavia, com o tempo o Império chinês percebeu que não poderia lutar para sempre com os Estados que ficavam mar a fora ou vizinhos, então decidiu que para os povos de outras terras tivessem a consciência do povo e do império chinês, era preciso começar a passar a cultura chinesa atrelada ao confucionismo para que estas reconhecessem sua superioridade, havendo estabilidade e paz naquela região. Nesse sentido, nasceu naquela região o sistema tributário, no qual o “tributo”, muitas vezes sendo simbólico, tinha como intuito fazer com que os mandatários do poder dos outros povos fizessem kowtow (gesto de respeito) para o imperador uma forma de reverenciar e respeitar o “Império do Centro” e o próprio imperador, uma vez por ano os estados tributados deveriam fazer esse gesto para o imperador (KISSINGER, 2011).

Os Mongóis, manchus, uigures, tibetanos e alguns outros não eram explorados pela China, a ela criavam acordos de associação, até mesmo desempenhando funções importante dentro do império (sacerdotes tibetanos, oficiais manchus, cavalaria mongol e comerciantes uigures). As relações de tributos também

geravam casamento entre nobres e príncipes para fortalecer o Império. Os Qings que foi a última dinastia a governar a China, durante 1644 a 1911, era manchu. Importante frisar, o confucionismo tinha se espalhado por uma boa parte da Ásia principalmente a Coreia e o Japão, desses o último foi o que ficou mais afastado da esfera chinesa durante os séculos e não esteve associado no sistema tributário. (HOBBSAWM, 1988).

A Dinastia Qing (1644-1911) teve momentos de grande dificuldade até mesmo pelo fato de seu ponto mais alto ser o seu fim, tudo começa com as expansões coloniais, na metade do século XIX, quando os países europeus, americanos e mesmo o Império Russo estavam em expansão colonial por todos os continentes agora precisamente a região da Ásia do Leste, um dos países mais bem vistos para essa colonização era a China da Dinastia Qing, todavia, explorar a China é uma tarefa muito mais complexa do que explorar a Índia. Mesmo a China tendo administração provinciana, o Império possuía centralização e unidade política. O Estado criava dificuldades pelo modo de ser, o isolamento característico foi de grande importância para o aumento dessas dificuldades ocidentais em conseguir seus objetivos coloniais (VISENTINE, 2012).

Voltando ao século XVII e XVIII, a China era um poderoso império feudal que conseguiu, entre as suas conquistas ter muitos países vassalos, eles eram, Coreia, Turquestão Oriental, Tibete, Vietnã, Birmânia e Mongólia. Esses países foram atrelados a hábil política de casamentos juntamente com o tributo para a proteção daquele Império, que para época era uma civilização confuciana do que os moldes estadista Europeu.

Entre os anos de 1760 a 1790 foi introduzida uma legislação pela qual o comércio externo só poderia ser feito na China por meio de um escolhido funcionário chinês que ajudasse na articulação dessa mercadoria com um grupo de estrangeiros nos portos sul da China. Essa política foi importante para a China, pois não colocou produtos do exterior em grande quantidade no seu mercado e apenas vendeu aos estrangeiros, foi uma forma de superávit da época. Mas isso não deixa de corroborar para o atraso perante os países Europeus e seu desenvolvimento (HOBBSAWM, 1988).

A China sempre ficou retraída e em posição ao exterior, não percebendo o desenvolvimento do lado de fora das suas fronteiras. A busca por conhecer outras culturas era nula e não representava nada para o Império. Essa política de

isolamento foi esvaindo diante das agressões externas, começada pela Grã-Bretanha. Com as colônias da Índia próximas a China começa a penetração por meio das vendas de produtos. No início do século XIX, os britânicos já tinham o monopólio de lã, ferro, estanho, algodão e chumbo e comprando dos chineses o chá e seda crua (VISENTINI, 2012).

No entanto, o problema começou em 1820 pelo o contrabando de ópio. Esta droga aumentou dentro do território chinês por meio das companhias das Índias Orientais, que lucraram muito com esse contrabando para os britânicos e, rapidamente, esse produto se tornou o mais exportado para a China. A Grã-Bretania precisava daquele mercado (o chinês) pois a crise de 1836¹⁹ fez com que as exportações diminuíssem e novos mercados fossem necessários. (KISSINGER, 2011).

Os britânicos, cada vez mais fortes no investimento do Ópio, e queriam abrir o mercado chinês, além das companhias das Índias querendo legalizar a venda Ópio. A China transformou aquele momento e circunstância em crise política, os britânicos justificavam que a abertura dos portos era essencial para o intercâmbio internacional e a civilização mundial, por trás disso existia a vontade da criação de acordos desiguais com os chineses para pegar suas terras e riquezas além de destruir qualquer resquício do isolacionismo chinês e subordinar o país economicamente e politicamente. (HOBSBAWM, 1988).

O Império tinha ciência das consequências trazidas pelo Ópio e, principalmente, pelos problemas gerados a sociedade e à saúde, além da destruição dos costumes dos povos e das atividades econômicas chinesas. Também provocava prejuízo no exército, colocando as riquezas internas para alvo ativo externo fazendo a riqueza do império chinês ir para outros cantos. O Império chinês, vendo esses problemas criados pelo ópio, toma a iniciativa e proíbe a circulação, por meio de conselhos e informes todas as províncias. Em 1839 por meio de uma comissão imperial no Cantão, com o objetivo de tomar uma atitude contra o ópio, os dirigentes chineses prendem os estrangeiros britânicos e destroem cerca de 20.000 caixas do produto em posse dos britânicos, considerado o estopim para a Guerra do Ópio. (KISSINGER, 2011).

¹⁹ Crise de 1836 é conhecida como pânico de 1837, na verdade é uma crise econômica que percorre os EUA de 1834 até 1837. Diminuindo exportações, importações e o desemprego subindo.

Os britânicos sabendo da ofensiva chegaram com os seus navios de guerras equipados, esse conflito se fez presente de 1839 a 1842, sendo que a China foi derrotada por falta de tecnologia de combate. Para manter a paz interna, o Império cedeu aos pedidos britânicos mesmo que o preço fosse a subserviência da economia para a coroa. O tratado com o fim da guerra foi assinado em Nanquim, por meio dele a China cedeu Hong Kong à Grã-Bretanha, comprometendo o pagamento de 6 milhões de dólares para a coroa e abrindo cinco portos ao comércio britânico. No ano seguinte, um acordo complementou o de Nequim com os direitos da nação mais favorecida²⁰ e da extraterritorialidade²¹. Essas consequências foram as primeiras visto que em 1844 países como França e Estados Unidos também deram continuidade aos tratados desiguais com a China (HOBBSAWM, 1988; VISENTINI, 2012).

Nesse período, os EUA apareceram no Oceano Pacífico como competidor da Grã-Bretanha. Embora o comércio fosse muito menor comparado aos britânicos, os americanos dominavam as rotas de contrabando de ópio vindos da Turquia, que eram introduzidos na China, ao mesmo tempo em que faziam negócios com a Indonésia e o Sião. Todavia, os olhos norte-americanos eram voltados para Japão e China. Entre 1830 a 1840 o crescimento da indústria têxtil fez os americanos começarem a exportar mais algodão para os países, os norte-americanos tinham estratégias bem claras na Ásia, principalmente pelos tratados desiguais que queriam introduzir no Japão e Coreia. Contudo, seus planos foram minados pela guerra com o México que fez mudar algumas atitudes norte americanas no cenário do pacífico. As relações foram retomadas em 1850 e os planos da transformação no pacífico já tinha concluído com êxito, exemplo disso são a compra do Alasca, Havaí, Samoa e as Filipinas. A “política de portas abertas” foi praticada pelos Estados Unidos para a China no escorrimento de mercadorias. A França também usou dos meios britânicos e norte americanos para fazer tratados desiguais bem parecidos com os americanos e com a inclusão da defesa ao cristianismo nos portos. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

²⁰ Os acordos de nação mais favorecidas são acordos bilaterais para o fomento do comércio, no século XIX esse acordo foi usado nos países asiáticos para que eles abrissem suas economias e até mesmo seus portos para o comércio.

²¹ A extraterritorialidade é um conceito em que o cidadão ou mesmo sua mercadoria são alvos das leis do seu país de origem, esse conceito também é conhecido de moral sem precedentes econômicas.

A Dinastia Qing na China, ao mesmo tempo em que foi atacada de forma econômica por forças externas, enfrentou a desorganização e os protestos internos. O “mandato celeste” começou a roer pelos próprios ensinamentos de Confúcio. Nas datas de 1850 até 1860, as revoltas camponesas do Taiping, no ano de 1872 os japoneses ocuparam Ryukyu, com essa vitória japonesa sobre a China, fez com que a população não ficasse contente, atrelado com os anos de 1894 – 1895, quando perdeu a Formosa e Coreia. A revolta dos Boxer²², que teve o elemento antiocidental em 1900, apenas aumentou as intervenções ocidentais, gerando mais concessões comerciais e novas perdas de território. O império estava afundando a China, as guerras civis e o caos além das próprias guerras externas afundaram a china. A Dinastia Qing perdeu o mandato celestial em 1912 ano em que ruiu, mesmo depois de quase sete décadas da invasão e o choque com o Ocidente. (HOBSBAWM, 1988).

3.2 CHINA O SURGIMENTO DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS E AS DUAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

Com o fim da Dinastia Qing, a China ficou fragmentada em um cenário de anarquia interna. Quando a democracia seria avida para o novo caminho chinês, foi proclamado como líder o nacionalista Sun Yat-Sen foi proclamado líder da república em 1912, mas depois de seis semanas entrega o cargo para Yuan Shikai , comandante da força militar que poderia unificar o país, mas o fracasso de Yuan em declarar um novo império é evidente e em 1916, o poder político retornou aos governantes regionais, no mesmo tempo no meio dessa troca de poder nasceu o novo Partido Comunista Chinês (PCC), formado em 1921, dirigia um tipo de governo paralelo com o alinhamento comunista que vinha do movimento mundial comunista. Todos os aspirantes ao poder queriam para si o direito de governar, mas nenhum tinha força para se sobressair perante os demais. (KISSINGER, 2011).

O Partido Nacionalista, liderado por Chiang Kaishek, governava a China, no final de 1920, o lugar a Dinastia Qing uma vez foi império. Esse momento é muito importante pois as forças mundiais estavam cansadas da primeira guerra, e naquele

²² A Revolta dos Boxers foi um movimento antiocidental e anticristão ocorrido na China entre os anos de 1899 – 1900. Um filme que retrata muito bem o ocorrido chama-se 55 Days at Peking, 1963.

momento os Estados por meio dos princípios wilsonianos que proclamava a autodeterminação, as grandes potências ocidentais não conseguiriam pleitear pelas suas esferas de influência na China, nem mesmo sustentar as próprias. A Rússia estava consolidando sua revolução interna e a Alemanha tinha sido privada de todas as suas colônias no final da guerra (VISENTINI,2012).

De todos que poderiam ser considerados o grande problema chinês, ficou o maior deles, o Japão. A China não tinha poderio para defender suas terras, e não existia naquele momento na região outro país para balancear suas forças com Japão. O Japão vendo a derrota da Alemanha na guerra, rapidamente dominou todas as concessões possíveis da província chinesa de Shandong. Em 1937, o Japão começou o programa de conquistas por grande parte do leste da China.

O Japão, mesmo nunca tendo sido colonizado, via-se em uma posição de colonizador. Já era muito difícil conquistar as grandes áreas chinesas; mais ainda administrar essas áreas, além de os japoneses terem que envolver em partes com os preceitos culturais chineses. Os países ocidentais – mesmo sendo seus antigos parceiros – vendo a reação japonesa primeiro desaprovaram, por vias políticas, depois por vias militares. O grupo de países colonizadores do século XIX não aceitavam esse ataque a China e, por uma culminação ajudaram, a defender o Estado chinês (KISSINGER, 2011).

O líder desse movimento de autofortalecimento foi os EUA, e o instrumento político utilizado foi o de Portas Abertas, elaborado em 1899, para utilizar os benefícios do imperialismo, que por sua vez foi um modelo de preservação da independência chinesa. As outras potências também ajudaram. A China suportaria os problemas ocasionado pelo imperialismo, agora a busca era sobreviver e mais uma vez se unificar pelos motivos da Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWM, 1994).

Com o fim da Segunda Guerra mundial, e a rendição do Japão, a China ficou totalmente dividida e com graves crises econômicas. Os nacionalistas e os comunistas lutavam pela identidade central e o comando do Estado fragmentado. Nesse momento, a União Soviética colocou as opções na china em aberto, no mesmo momento que aceitava os nacionalistas, apoiavam o PCC com armas. A opinião pública dos EUA simpatizava com os nacionalistas liderados por Chiang Kai-shek , mas ele só tinha o controle governamental de uma das partes do fragmento. A China na comunidade internacional, foi tratada como uma das “Cinco Grandes” para

a reorganização do mundo no pós-guerra, ganhando uma cadeira de veto no Conselho de Segurança da ONU²³ (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

A guerra civil foi retomada dentro do país, Washington tentou solucionar o problema como articulador, recomendando uma relação amistosa entre os lados comunistas e nacionalista, que estavam lutando entre si por quase vinte anos. Para essa resolução o embaixador norte americano convocou uma reunião entre as partes de um lado os nacionalistas de Chiang Kai-shek e do outro o líder do PCC, Mao Tse-Tung. Uma conversa amistosa amparada pelas mãos de Patrick Hurley, seria o acerto dos problemas internos (VISENTINI, 2012).

A reunião mal havia acabado e o conflito interno já havia sido retomado. Com isso, surge o clamor pela intervenção americana sendo enviado o general George Marshall para a China, onde ficou por um ano tentando amenizar a situação. Nesse meio tempo um colapso atingiu o partido nacionalista e assim foi derrotado pelos comunistas e o PCC, os nacionalistas se retiraram para a ilha de Taiwan em 1949. Ainda os nacionalistas levaram ainda as riquezas chinesas (tesouros artísticos, e outras fortunas do palácio imperial) (KISSINGER, 2011).

Com isso, o país conseguiu se unificar mais uma vez, sob a nova e recém proclamada República Popular da China. Uma nova China com características comunista que, pela primeira vez, foi diferente de todas as outras. Um território aberto com grandes fronteiras era inadequado para o enfrentamento simultâneo com ameaça potencial – o mesmo desafio enfrentado por todas as dinastias ao longo da história da China. Ainda por cima desses problemas e preocupações, os novos líderes da República Popular da China (RPC), tinham que enfrentar a superpotência Americana nos assuntos asiáticos. Nesse momento a frase “Todo estadista precisa equilibrar a experiência do passado com as exigências do futuro. ” (KISSINGER, 2011, p. 102). Em nenhum outro lugar do mundo isso foi mais evidente do que na China comunista liderada por Mao. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

3.3 MAO TSÉ-TUNG E A POLÍTICA INTERNACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, DO INICIO AO FIM

²³ Depois do fim da segunda guerra, a china ascende junto com os vencedores da guerra para compor o Conselho de Segurança da ONU.

A quebra de valores e de um escopo caracterizado na China a milênios, nunca tinha sido alvo de nenhum governante, até Mao Tsé-tung chegar ao poder em 1949 e, junto com ele o comunismo. A revolução proposta por Mao era tão arrebatadora para os traços chineses, que surpreendentemente aconteceu em toda a China e afetando cada cidadão chinês daquela nova república. (KISSINGER, 2011).

Pouco antes de tomar o poder, Mao contou seus planos para a China na política externa que seguiria com ele. Isso aconteceu perante Conferencia Consultiva Política do Povo Chinês, onde Mao em uma das suas frases célebres diz “O povo chinês se ergueu” (KISSINGER, 2011 p.109) com um discurso enaltecendo o povo chinês e a história chinesa de séculos (HOBSBAWM, 1994; KISSINGER, 2011).

O novo regime tinha como objetivo internacionais a defesa da integridade territorial, o não envolvimento de forças externas na nova república e o reconhecimento do novo governo internacionalmente, ficava evidente uma grande preocupação com a os interesses nacionais, resultado do passado dominado pelos estrangeiros, que poderiam retornar. Neste primeiro momento, Chu En-lai, hábil diplomata, além de ser conhecido como pai da diplomacia chinesa, direcionou a diplomacia para reaver os territórios chineses sobre controle estrangeiro²⁴. Com a falta de condições financeiras e militar para atingir todos os objetivos, além da bipolarização e do cenário conturbado da Guerra Fria, Mao Tsé-Tung já por ser do PCC que recebia uma certa influência financeira da URSS, antes mesmo de estarem no poder, se alinha de forma estreita com o governo soviético. Foi de grande importância esse estreitamento com os soviéticos para proteger e garantir a consolidação da RPC juntamente do seu regime, e o reconhecimento imediato pelos Estados da cortina de ferro²⁵ (VISENTINI, 2011).

A importância da representatividade internacional da China, com a revolução a RPC era imprescindível para o regime, que queria mudar os representantes internacionais do país, que estavam alocados em Taiwan na cidade de Taipei, pelo partido nacionalista ou Kuomintang onde a sociedade internacional ocidental

²⁴ Os territórios que podemos destacar : Hong Kong (devolvida aos inglês); Macau; Dairen, Port Arthur e a estrada de ferro da Manchúria; Formosa e Mongolia.

²⁵ Cortina de Ferro é uma expressão usada durante a guerra fria, para dividir a Europa do lado Ocidental (EUA) os capitalistas e do lado oriental os comunistas (URSS).

reconhecia Taiwan como o governo legítimo da China. A RPC tentou mandar representantes e delegados, mas foram rechaçados na ONU como em outros órgãos internacionais, como União Internacional de Telecomunicação, Organização das nações para alimentação e agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Organização Mundial da Saúde, Organização Meteorológica Mundial, FMI, Banco Mundial (BM), Cruz Vermelha entre outros. O governo de Taipei mantinha um acento permanente no Conselho de Segurança da ONU como representante da China, e com toda a comunidade internacional. (KISSINGER, 2011).

O relativo isolamento da comunidade internacional foi agravado pela Guerra da Coreia (1950-1953) a qual mostrou a ilegitimidade do novo governo chinês. Nesse momento ocorreu um conflito direto com os Norte-americanos, que atuavam militarmente como soldados da ONU. Ainda a RPC estava sendo ameaçada de forma contundente pelo General MacArthur, onde dizia para atacar a China com bombas nucleares. A intervenção de soldados chineses mostrou claramente a política adotada próximo as suas fronteiras, as pressões militares faziam com que exército chinês não parece de tentar atacar. Devido a essa afronta da China, a política Americana de contenção do comunismo e o suporte adotado na Guerra, em fevereiro de 1951, a ONU qualificou a ação do Estado chinês como agressão, rebatendo com embargos a material militar a Coreia do Norte. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

O fim da guerra, em 1953, foi importante para os chineses se firmarem militarmente. Contudo, os organismos internacionais como a ONU voltaram-se mais para a esfera pró-americana nos anos seguintes, apesar dos vetos Soviéticos. O assento permanente de Taipei no CSNU afirmou a retaliação a RPC, a Guerra da Coreia mais a região do Tibet que foi reincorporada, foram argumentos para hostilizar e aniquilar as chances diplomáticas da RPC. Para a China, as Nações Unidas era um instrumento político americano e de seus rivais nacionalistas. (VISENTINI, 2012).

A China percebendo o cenário hostil que se formou depois de 1953, começou a abrir sua diplomacia para países de “terceiro mundo”²⁶ que não necessariamente eram comunistas por meio da Utilizando dos Cinco Princípios de Coexistência

²⁶ Hoje compreendem os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Pacífica²⁷, A RPC começou a participar de eventos como conferências em Genebra 1954 e a Conferência de Bandung 1955 (HOBSBAWM, 1994, VISENTINI, 2012).

Moscou como parceiro importante de Beijing começou a entrar em declínio quando Nikita Kruchov adotou a política de desestalinização e a concepção sobre a Coexistência Pacífica para descongelar a situação mundial. A RPC opõe-se a essa política soviética, onde o Estado chinês ficaria em potência secundária. Estas não aceitações entrou em debate dentro do própria RPC, além das mudanças de cunho econômico, que mudaria a situação internacional do país no sentido da busca pelo isolamento. Começa nesse momento uma nova fase da política externa chinesa, que buscava nos anos de 1960, afirmar a autonomia e da soberania chinesa. (KISSINGER, 2011).

O Grande Salto Adiante (1958 – 1965)²⁸ foi um fracasso e acirrou ainda mais as diferenças internas do governo chinês. Nas questões externas, a política de Beijing se afastou de Moscou, que defendia uma pequena aproximação com o ocidente por meio da Coexistência Pacífica. Beijing mudou sua tática e ficou mais hostil no plano internacional. No ano de 1958, a China atacou as ilhas costeiras do estreito de Taiwan; em 1959 enfrentou vários conflitos no Tibet em função da não aceitação do comunismo, levando o Dalai Lama fugir para a Índia. No mesmo tempo a China lutou com a Índia por causa de fronteiras. (VISENTINI, 2011).

O rompimento quase que completo das relações sino-soviéticas agravou-se com o apoio da URSS a Índia no confronto sino-indiano, e com a crise dos mísseis em 1962. Em 1963, as diferenças entre a superpotência Soviética e a RPC eram gritantes e assim romperam-se as relações dos dois gigantes socialistas. Para ressaltar, os chineses para ter autonomia militar precisavam de bombas nucleares, e os soviéticos além de não subsidiar o arsenal atômico também criticou o país duramente ao ataque a Taiwan. (HOBSBAWM, 1994; KISSINGER, 2011).

A capacidade do poderio nuclear chinês veio nos anos de 1964 a 1967, alterando em grande proporção a relação de forças na Ásia. A China, conseguia mais uma vez na sua história atingir um patamar de verdadeira importância sobre a

²⁷ Criado por Chu En-Lai os princípios são : respeito mútuo, soberania e integridade nacional; não agressão; não intervencionismo nos assuntos internos de país por parte de outro; igualdade, benefícios e reciprocidade; e coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológico diferentes.

²⁸ Tinha a intenção de tornar a República Popular da China uma nação desenvolvida e socialmente igualitária em tempo recorde, acelerando campo e a industrialização urbana.

região asiática. Uma das consequências que podem ser analisadas nesse momento, é o reconhecimento dos franceses, que trouxe uma boa abertura para a Europa, uma certa tranquilidade com outros países da Europa, além de uma melhor relação informal com o Japão (KISSINGER, 2011).

Com essas novas faces, a RPC tentava burlar o bloqueio econômico americano, e também encerrar a fase de isolacionismo característica até aquele ano de 1965. Mas com a derrubada de Sukarno na Indonésia no mesmo ano, a China ao mesmo tempo entrou de vez na Revolução Cultural²⁹, que colocou o país em isolamento internacional a partir de 1966, e uma perda de grande parte de suas iniciativas internacionais. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

Com a Revolução Cultural acontecendo a China se afastou do plano internacional, da URSS, além de sua autoproclamação de nação de Terceiro Mundo. A estratégia da diplomacia de Beijing ficou evidente a Teoria dos Três Mundos: que eram o das superpotências hegemônicas (URSS e EUA), os das potências não hegemônicas (Europa) e as nações pobres em desenvolvimento denominadas, como Terceiro Mundo. (VISENTINI, 2012).

Essa divisão, corroborou para uma diplomacia anti-hegemônica, na qual a China buscava sua autonomia contra as duas superpotências. Apesar disso, essa opção não foi favorável a RPC e as políticas terceiro-mundistas adotadas pelo governo, enfraquecendo o país e aumentando ainda mais seu isolamento. No início dos anos de 1970, quando os problemas gerados pela guerra do Vietnã foram expostos para a comunidade chinesa, e a URSS cada vez mais poderosa em torno da Ásia, fez com que a China buscasse novas vias para se inserir na comunidade internacional, e desenvolver a economia estagnada, com isso China e EUA unem forças com a nova aliança sino-americana. (KISSINGER, 2011).

A formação desse eixo Beijing-Washington foi um meio de ajudar a China no Sistema Internacional, e de ajudar os Estados Unidos da América, que estavam passando dificuldades na guerra. Nesse momento, a China estava afundada no isolacionismo externo, devido a fraqueza do Terceiro Mundo e suas políticas. Deste modo, a China buscou nos EUA um aliado que auxiliassem na segurança e

²⁹ Revolução Cultural, momento em que líderes do partido começaram a perseguir opositores, músicos e outras pessoas da sociedade artística. Esse momento chinês é visto como uma das manchas e afastamento do país do sistema internacional.

desenvolvimento, que passavam a ser objetivo primários do governo. (KISSINGER, 2011).

Os Estados Unidos, com Nixon e Kissenger procuravam diminuir os gastos na Guerra do Vietnã e a saída mais inteligente dos americanos da guerra. As perdas Americanas na guerra já eram fatores imensos e afetava a política interna do país com efeitos econômicos. A ofensiva Tet de 1968 mostrou a fragilidade dos EUA, quando todas as tropas foram atacadas de maneira simultânea no Vietnã, dessa forma, os norte-americanos perdiam uma certa credibilidade e sua economia era minada na guerra. (VISENTINI, 2012).

Em 1969 os americanos utilizaram da doutrina Guam, que previa a vietnamização do próprio conflito e, a saída americana do mesmo e a promoção da diplomacia sino-americana, por meio da Diplomacia Ping-Pong 30no de 1971. Com essas negociações a RPC volta a fazer parte do escopo do ONU e do Conselho de Segurança como membro permanente, ocupando o lugar de Taipei no CSNU, a China Popular então consegue estar associada ao meio da comunidade internacional. Nesse mesmo tempo, Nixon faz uma visita a capital da RPC celebrando uma aliança para a contenção do Vietnã, contra a URSS, e também a revolução do Terceiro Mundo. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

Para Kissinger (2011), em cargos como Assessor de Segurança Nacional e Secretário de Estado no governo Nixon, na sua obra *On China* (Sobre a China), e essa interligação com os chineses, além de ser o pensador a introduzir um novo ator no cenário bipolar da época, fazendo assim, uma tripolaridade que deixava a URSS em uma posição ruim. Como acadêmico especialista em equilíbrio de poder na Europa no século XIX. Kissinger (2011) mostrou uma visão de longo prazo para Nixon que teve predisposição de aceitar os caminhos dados pelo Secretário de Estado. A aproximação sino-americana teve grande sucesso pelo afastamento de Moscou e Beijing, que teve como consequência a abertura de espaço para as negociações.

Essa foi, uma das primeiras iniciativas para consertar a já desgastada hegemonia americana, através da reestruturação da ordem mundial, política essa que servia para reduzir os custos da supremacia americana. Com isso Kissinger-

³⁰ A diplomacia Ping-Pong é um termo associado a visita de Estado ao país em plena guerra fria, para essa visita foram levados alguns jogadores. A diplomacia do Ping-Pong é muito bem descrita no livro do Kissinger *Sobre a China*.

Nixon elaboram uma estratégia para Europa ocidental e ao Japão, ao lado dos EUA, da URSS e da China como parte da tripolaridade e fazendo a manutenção do sistema mundial. Uma base diplomática para isso foi o surgimento da Comissão Trilateral, uma ONG fundada no ano 1973 por Rockefeller, onde Kissinger tinha grande destaque. A comissão era integrada por grupos de empresários, economistas, altos burocratas, políticos e acadêmicos, buscava empenho nas articulações do ocidente na Ásia. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

3.4 DENG XIAOPING E NOVA ORDEM ECONOMICA CHINESA

No começo dos anos de 1970, foi implantado na República Popular da China algumas reformas econômicas, que ajudaram o mercado chinês com uma abertura externa mínima e um novo padrão de desenvolvimento. Com o fim da Revolução Cultural e a aliança sino-americana a luta de classes entrou em declínio após a morte dos líderes comunistas Chu En-lai (líder da diplomacia chinesa) e o líder máximo do PCC Mao Tsé-tung em 1976. Com o fim da era maoísta, o grupo reformista ganhou espaço, com ele emergindo a liderança de Deng Xiaoping, que durante a Revolução Cultural ficou afastado da política pelo exílio. (KISSINGER, 2011).

No ano de 1978 a RPC enquadrou a política das “Quatro Modernizações”, que articulou reformas internas como a adequação de uma economia mercantil dentro da estrutura socialista, a descoletivização dos meios agrícolas, o estabelecimento de áreas para o recebimento de tecnologias e captação de investimento estrangeiro e a permissão de empresas transnacionais com objetivos de exportação. Essas áreas ganham o nome posteriormente de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), suas localidades ficavam em províncias costeiras, onde poderiam alterar certas legislações para investimento de capital e empresas do exterior. Esse foi o ponto de partida em que Xiaoping introduziu a Economia Socialista de Mercado³¹. (VISENTINI, 2012).

³¹ A economia de mercado socialista é o modelo econômico empregado pela China. O intuito é mesclar características socialistas na área política com princípios da economia de mercado. Seu precursor é Xiaoping que chamou o seu sistema econômico de socialismo com características chinesas.

Esse novo enquadramento impetrou na China com uma visão mais ampla do ordenamento econômico internacional. Essa amplitude passou a ser vista no momento que o Estado por meio de Xiaoping percebe que a melhor maneira de atingir sua liberdade seria implementar uma reforma econômica, compreender o dinamismo da revolução tecnológica, pegando carona com o desenvolvimento da revoada dos Gansos Asiáticos³², além de tirar os benefícios máximos de uma aliança com os norte-americanos. (KISSINGER, 2011)

Entre os anos de 1970 e 1980, para superar o choque internacional do mercado de petróleo, o Japão e a China fazem uma cooperação assertiva, os países estavam em momentos desfavoráveis e em recessão, precisando urgentemente importar matéria prima e vender mercadorias. A China exportava carvão, minério e petróleo para o mercado nipônico, e importava máquinas, veículos de transportes e bens de consumo além de receber investimento para a infraestrutura e logística e mineração. Todos esses meios de investimentos foram pagos, por meio da contrapartida no oferecimento das matérias-primas, semelhante ao que acontece hoje na África, onde as trocas com a China muitas vezes são pagas pelo mesmo esquema de trocas de produtos manufaturados por matéria-prima. (VISENTINI, 2012).

Naquela época o Japão estava no terceiro nível da Revolução Industrial, colocando seus investimentos e produção no ramo da tecnologia, automóveis e informática. Os Tigres Asiáticos³³ estavam focados em motores, produção naval e produtos eletrônicos. A China embarcou no desenvolvimento de produção, muito parecido com o dos Tigres Asiáticos, explorando suas vantagens e criando uma competição em alguns setores com os Tigres. A única diferença estava na disponibilidade chinesa do poder militar, a dimensão do Estado e a população, essa é uma importante diferença entre a China e os países de alto desenvolvimento da Ásia do Leste. (KISSINGER, 2011; VISENTINE, 2012).

³² Revoada dos Gansos Asiáticos foi na parte Teórica um modelo de divisão de trabalho centrado na Ásia do Leste, mas prática foi o Japão apanhado pelas bonanças do mercado americano conduzindo sua economia para o alto, fazendo com que os Tigres asiáticos o acompanhassem e a China atrás deles, para o desenvolvimento e mercado.

³³ Os Tigres Asiáticos são conhecidos pelo rápido desenvolvimento econômico durante a década de 1970, pegando carona com o Japão no desenvolvimento. Os países e localidades que fazem parte são: Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan.

Deng Xiaoping mudou a ótica da política econômica chinesa, e esta foi rapidamente percebida pela população. Quando Xiaoping altera a política de classes para as reformas rumo ao mercado ascendente, a própria abertura externa e uma aliança com uma das superpotências, colocaram o país em uma nova ótica tanto regional quanto mundial. A confiança interna e externa fazia presente, no campo além das fronteiras Xiaoping conseguiu que os capitais entrassem no país de forma abundante, nas questões internas ele influenciou o povo não pela mesma vertente comunista que outrora fosse a estratégia de Mao, mas com o poder de persuasão pois no discurso a preocupação dele não era a China apenas de hoje, e sim, a do futuro. Nessa bonança chinesa no sistema internacional o Estado consegue por meio de políticas adotadas por Deng Xiaoping entre 1978 e 1989, reintegrar por meio pacífico duas importantes áreas que foram perdidas na época colonial, Hong Kong, em 1997, e Macau 1999 (VISENTINI, 2012).

As reformas não lograram apenas territórios. Nos anos de 1980, o país começou a exportar alimentos e seu crescimento econômico começou a girar em torno de 10% ao ano. O impacto causado pela inserção regional da China foi e ainda é imenso com consequência mundial em um breve período de tempo. Sua inserção não se deu apenas pela alta taxa de crescimento, mas pela junção de fatores econômicos, populacionais e territoriais. Os projetos chineses foram essencialmente o mapa para encontrar a estratégia do desenvolvimento. O Estado tornou-se uma potência nuclear, com um incrível exército, indústria com superpotencial econômico além de fazer parte do CSNU (com poder de veto), colocando a China naquele momento, como único país em desenvolvimento no núcleo do poder mundial. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

Essa alavancada chinesa no plano internacional, teve uma forte parada no ano de 1989, com o fim das comunas populares junto com a descolitização das terras, aumentando o peso econômico, em contrapartida a enorme desigualdade fica evidente principalmente por muitos camponeses não terem suas próprias terras e ficarem marginalizados nas grandes cidades - os camponeses eram cerca de oitocentos milhões de trabalhadores na China. um certo clamor político começa a se evidenciar na China por esse problema, agravando-se pelas reformas soviéticas que aconteciam na URSS. (VISENTINI, 2012)

As reformas inseriam a URSS no plano internacional, mas a maneira como foi administrada levava o Estado ao caos político e econômico. Era um caminho

totalmente diferente do chinês. No plano chinês as reformas foram de cunho econômico sem estende-las para o sistema político, o reverso aconteceu com a política de abertura de Moscou. As políticas de Xiaoping foram parte de um estudo de contexto e das oportunidades certas em uma conjuntura favorável que os países asiáticos emergiam. Moscou estava totalmente na contramão de suas políticas além de uma ruptura a integração muito maior do que suportaria. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

As forças com que a Perestroika, que foi uma política de reestruturação econômica que integrou a URSS ao sistema capitalista, mas pareciam fáceis de mais, deixando assim a URSS fraca e subordinada as forças estrangeiras. Muitas forças políticas da época vendo a oportunidade de acabar por vez com sistemas política socialista tentaram levar a China pelo mesmo caminho; essas forças eram as americanas, as de Taiwan e existiram até mesmo dentro do próprio país. Realmente essas forças conspiratórias tinham uma grande complexidade política, muitos atores observavam a ascensão chinesa e a grande reforma econômica, colocando divisores políticos em que diziam que os limites e ritmos poderiam ser outros para a China. (HOBSBAWM, 1994; KISSINGER, 2011).

Uma mobilização de jovens estudante ultra reformistas, ingressaram na mesma onda, um “movimento pela democracia”, eles se concentraram na Praça da Paz Celestial (TIANANMEN), protestando contra o governo. Essas ações ocorreram no mesmo tempo da visita de Gorbachov, que colocaria fim nas três décadas de divergência na relação sino-soviética e também motivaria ainda mais os reformistas. Organismos jornalístico que estavam naquela situação, colocaram os atos da Praça da Paz Celestial como uma luta pela democracia chinesa. (KISSINGER, 2011).

Os estudantes por meio de negociação tiveram alguns desses pedidos parcialmente atendidos, o que foi uma novidade no país. Todavia, a mídia internacional deu suporte a esses grupos, fazendo com que as negociações fossem ampliadas, com pedidos, de um estado liberal nos moldes do Ocidente. (VISENTINI, 2012).

A repressão que a tropa militar do governo fez aos jovens, mostrou o despreparo das tropas em cessar as manifestações, e acabando com os planos dos ultra-reformista que pediam um sistema político Ocidental. Esses acontecimentos não deixaram o país cair em declínio como a URSS. A estratégia da derrocada dos regimes socialista teve dois efeitos, o primeiro, a queda do muro e o colapso

soviético, no outro lado, e a vitória do governo comunista chinês, mostrado pelos atos na Praça da Paz Celestial, evento esse que teve centenas de mortes. (KISSINGER, 2011).

Com o colapso da URSS, Xiaoping já esperava um novo ordenamento mundial; a bipolarização das duas superpotências ficou para trás com a desintegração completa da URSS em 1991. Nesse momento, as políticas feitas por Xiaoping passaram a fazer todo sentido no plano do PCC para a República Popular da China. O fenômeno da globalização passou a ter mais influência pelas questões dos blocos regionais e a regionalização tornou-se fundamental para o novo ordenamento da economia mundial. Nesse quadro de regionalização para o novo ordenamento, a Ásia do Leste emergiu como principal nova fronteira econômica, dando sentido ao conceito de Economia Mundo. Nesse momento a Ásia desponta com o Pacífico, em substituição direta ao Atlântico (ARRIGHI, 2003).

O sucesso chinês e asiático também teve suas baixas. Ao mesmo momento em que as economias estavam pujantes, os problemas estruturais e sociais aumentavam gradativamente, exceto no Japão, por ser mais desenvolvido.

A soberania asiática ainda está muito longe de uma liberdade estrutural do Ocidente, seus mercados são dependentes de vários países. Qualquer eventual crise que desarticule o sistema financeiro e comercial internacional, faz a economia asiática sentir as pressões. Enquanto bloco institucionalizado a Ásia do Leste não está enquadrada, diferente dos blocos institucionais como União Europeia e o MERCOSUL, mas como “[...] um conjunto de economias articuladas através de uma divisão de trabalho apoiado em vínculos internacionais de mercado, que acaba funcionando como uma espécie de regionalismo aberto.” (VISENTINI, 2012, p. 70). Esse regionalismo pode ser irrefutável quando observamos o Conselho Econômico da Ásia-Pacífico (APEC) fundada em 1989, que representa essa articulação regional. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

Deng Xiaoping vislumbrou um país no futuro. A China se tornou a segunda maior economia do mundo com sua abertura econômica e um sistema Econômico Socialista de Mercado de sucesso. Conseguiu manter um único partido no poder para que os objetivos fossem cumpridos, estando mais uma vez em lugar de destaque e de relativa importância no sistema internacional. Xiaoping deixou o governo em 1992 e se afastou da política, até sua morte em 1997. (KISSINGER, 2011).

3.5 ASEAN E O SUDESTE ASIÁTICO, A COOPERAÇÃO COM A CHINA

Um dos processos de cooperação regional mais bem-sucedidos existente, é o caso, da Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), o seu sucesso pode ser analisado sobre vários aspectos econômicos. O estágio de integração não consegue contemplar um nível similar ao da União Europeia, mas no meio dos emergentes, claramente é o mais bem encaminhado processo já realizado além de lucrativo.

Sua origem começou no ano de 1967, na declaração de Bangkok, na qual os ministros da Malásia, Indonésia, Filipinas, Cingapura e Tailândia firmaram a declaração da ASEAN. Sua elaboração inicial tinha uma arquitetura de segurança, momento em que os EUA financiam alguns projetos dentro da cooperação, além de despontar projetos contra os comunistas, uma aliança militar que acabou se enfraquecendo com o passar dos anos (KISSINGER, 2011; WANG, 2007).

Seu objetivo quando foi criada era fomentar a cooperação nos âmbitos culturais, econômicos e social, e promover a paz na região. Depois de constituída a ASEAN suas primazias tornaram-se fortemente políticas, refletindo tensões que os países estavam sofrendo na região, inserido, um pacto de não agressão é inserido no escopo da ASEAN. Além do que, a importância do projeto ASEAN concebia uma busca pela legitimidade política para engajar nos problemas dos Estados que sofriam com os antigos problemas da colonização, e a presença de militares norte-americanos entre os membros. Esse período de defesa das soberanias, estava fadado, então nos anos de 1970 o bloco implanta medidas de cooperação econômica que seriam resultados no futuro próximo. (VISENTINI, 2012; WANG 2007).

Na busca por abranger um maior número de parcerias, a ASEAN na década de 1990 fez uma expansão de parcerias adicionando aos membros mais cinco participantes, Brunei, Vietnã (1995), Laos (1997), Mianmar (1997) e Camboja (1999). Com isso, conseguiu abranger o território por completo do sudeste asiático. O sucesso desses processos na região, podem ser destacados por números, por exemplo, a exportação total do bloco era de U\$ 11 bilhões, no ano de 1967, para a cifra de U\$ 1,05 trilhão, no ano de 2004, dobrando a participação do bloco no comércio mundial nesse mesmo tempo. (CARLETTI, 2012).

O bloco, mesmo tendo uma importância relevante no mundo hoje, possui uma institucionalização muito longe do ideal. Os processos de tomadas de decisão são consensuais, o que afasta o bloco de decisões que travem os procedimentos políticos dos processos. Mas a Asean vem se atualizando aos poucos e tirando algumas importantes áreas para uma futura integração. A Carta da ASEAN de 2008³⁴, é um resultado real para a fomentação de um apoio mútuo entre os membros do bloco. (VISENTINI, 2012).

Os princípios de existência da ASEAN, tem tradição dos movimentos dos países não alinhados, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Os mecanismos para evitar conflitos e auto regular a vivência no cenário internacional, os meios para chegar as vias, são conversações amigáveis para a resolução do litígio, muito parecido com os sistemas Ocidentais e suas instituições legais para resolver empecilhos.

Importante frisarmos aqui, as ações da ASEAN como instituição com outras instituições, o caso da APEC, que estabelece uma instituição inter-regional criada no ano de 1989 a partir de uma reunião na qual nações da Oceania, Ásia e das Américas. A APEC surge para ser um agente fomentador do multilateralismo e da liberalização econômica e comercial das regiões (WANG, 2007).

3.5.1 O fortalecimento da China e da ASEAN por meio da cooperação

O relacionamento China-ASEAN teve um crescimento exponencial desde os anos 2000. O engajamento das relações nesse breve período tem realçado a cooperação. Com caráter multidimensional e com envolvimento conjunto da integração econômica, aos diálogos políticos, interações sociais e interação na segurança. As relações no âmbito China-ASEAN são: governos locais (Estados e províncias); relações bilaterais (ASEAN +1); e multilateral (ASEAN+3) (BACELETTE, 2012).

No âmbito da ASEAN + 1 podemos ver a parcerias unitária da China com o bloco ASEAN. As iniciativas de cooperação que se desenvolve nesse âmbito têm

³⁴ Carta da ASEAN 2008 é um impulso da organização ASEAN, para que os países participantes tivessem mais próximo da integração, além de fomentar a democracia, a boa governança, o respeito e proteção aos direitos humanos. Nessa carta existe é desenvolvido um órgão de direitos humanos, que não terá força normativa, mas já é uma grande mudança na região.

caráter principal nesse trabalho, pois por meio delas entenderemos a dinâmica da influência chinesa e sua inserção asiática atreladas a cooperação e desenvolvimento de infraestrutura. Os destaques são: cooperação regional no Pan-Beibu, cooperação na Grande sub-região Mekong, Corredor Econômico Nanning-Cingapura, Corredores Econômicos Leste-Oeste na península da Indochina, cooperação ASEAN-China nos assuntos marítimos e questões de segurança (BACELETTE, 2012; VISENTINI, 2012).

As relações China-ASEAN geraram tratados e presença em fóruns regionais que corroboraram de forma intrínseca para a melhora dessa relação. Podemos ver por meio de participações no ano de 1991 a China foi observadora de um encontro da ASEAN. Depois de três anos, as relações oficiais da ASEAN e China foram oficializadas em Bangkok. No ano de 1997 a Cimeira CHINA-ASEAN acordou discutir pela primeira vez, medidas de cooperação política, econômica e cultural. Desses encontros o fundo de cooperação China-ASEAN foi criado com objetivos de apoiar, o desenvolvimento em tecnologia industrial, na agricultura, educação e transporte. Dos múltiplos tratados assinados entre as partes, o acordo de Cooperação Econômica Abrangente (2002) é um dos mais importantes ligados a possibilidade de investimento. Este tratado pode ser representado como pilar para o relacionamento positivo entre China-ASEAN (OLIVEIRA, 2012).

Com essa parceria dando bons frutos, a China fez uma proposta de uma ZLC (zona de livre comércio) com a ASEAN. Em 2001, os Estados Unidos estavam empreendendo a política de Guerra ao Terror; o Japão em recessão, A Ásia do Leste vinha se recuperando da crise de 1997, simplesmente um momento oportuno para a China aplicar a sua inserção por meio de investimentos em parcerias. (BELUZZO, 2004).

As negociações para Área de Livre Comércio (CAFTA) mostraram a qualidade diplomática chinesa cada vez mais oportuna e qualitativa, a postura positiva e flexível para cada país do bloco também refletiu nesse empenho, pois contribuiu para o consenso. A China permitiu que cada Estado de forma individual escolhesse o momento certo e as maneiras de liberalização comercial. De acordo com Khanna (2008) a China está sendo criativa e aproveitando a oportunidade asiática, além de se submeter muitas vezes a adaptação de muitos acordos para manter o consenso geral. A China tornou-se mais maleável nas negociações,

deixando os países escolherem como e quando pretendem fazer suas negociações acerca do livre comércio.

Com a finalização desse acordo, em números, a média tarifária para exportações passou de 9,8% para 0,1% no ano de 2010, da ASEAN para China. Já da China para ASEAN ficou em torno de 12,8% para 0,6%. A previsão é que para o ano que vem (2016), a política de taxa zero para produtos oriundos da China deverá girar em torno de 90% de toda a produção, para todo bloco ASEAN (MOFCOM, 2010; ASEAN, 2012).

O acordo CAFTA aumentou o comércio entre China-ASEAN e em decorrência disso, aumentou o comércio intrafirma, que tem destaque real na interação ASEAN e China, além do aumento da fragmentação produtiva e de sua montagem, com ênfase no comércio entre as partes. As integrações entre os países podem trazer um resultado maior do que o esperado, uma cadeia global de montagem. Outra provável característica que ocorrerá será a utilização da moeda chinesa no continente, que já tem sido mais usada em transições regionais, podemos dizer que ainda são cenários possíveis na questão da utilização do yuan (WANG, 2007).

O CAFTA teve importância significativa para ambos. Primeiramente o regionalismo é um fenômeno mundial, os países precisam comercializar e criar mecanismos na coordenação política, ainda mais quando os mercados trabalham de forma fragmentada para maximizar os ganhos.

Em segundo lugar, o CAFTA representa interesses geopolíticos dos dois lados, a concepção do projeto por parte chinesa é, além da econômica, reafirmar a ascensão no continente por meios brandos e configurar uma geopolítica de interdependência na Ásia do Leste. Já para o bloco, ASEAN tem objetivo de estreitar suas relações com a China - principalmente os países que historicamente não configuraram nenhum tipo de empatia com a China, caso como Cingapura³⁵ e continuar promovendo laços de amizade. Assim sendo, existe uma vontade política e de interesse mútuo nesse desenvolvimento, fatores que são fundamentais para o avanço da integração regional, caráter descrito no capítulo anterior das realidades teóricas (KHANNA, 2008).

³⁵ Cingapura é uma das mais precisas provas que a China hoje é um Estado mais integrado com o sistema internacional, as relações deles foram cortadas por anos, só retornaram a pouco tempo, mas isso foi o suficiente para que em Cingapura o mandarim pudesse ser estudado nas escolas, os chineses fossem melhor recebidos e o panorama fosse alterado. Essa não é uma realidade apenas de Cingapura mas de muitos lugares do mundo (KHANNA, 2008).

Podemos considerar um primeiro passo chinês por meio de iniciativas de reparação e ajuda a um bloco, para gerar afinidades e aumentar a cooperação naquela região (OLIVEIRA, 2012).

A maior prova da força econômica chinesa foi apresentada na crise econômica de 2008 em diante, em que seu impacto foi severo nas economias ASEAN. O bloco, para termos uma ideia, crescia em torno de 6% ao ano (2005-2007); nos anos seguintes sua média ficou entre 4%, no ano de 2008 e 1,3%, em 2009. A crise afetou o comércio entre os países (CARLETTI, 2012; OLIVEIRA, 2012).

A força econômica se fez presente, quando a China elaborou um forte pacote de estímulo econômico juntamente com programas de empréstimos que ajudaram na manutenção da economia chinesa. De todas as grandes economias, a China foi a única a manter a taxa de crescimento alta, sem parar com o investimento e consumo, com crescimento médio de 9% no ano de 2009, momento em que a crise estava no seu ápice. (MOFCOM, 2012).

Em contrapartida os mercados desenvolvidos sofreram altíssimas quedas, ressaltando, a diferença chinesa no meio de turbulentos choques econômicos. A China por si só, recuperou a economia asiática, além de gerar mecanismos regionais de estabilidade. O crescimento sem barreiras da China demonstrou uma tendência a ser um motor econômico para a região, ajudando a recuperação de choques econômicos vindos do ocidente. (BECARD, 2008).

A China pode fazer muito para ajudar porque, como uma grande economia, esta pode absorver o impacto externo negativo e também pode ajudar as economias da ASEAN a aumentar ou ao menos manter os níveis de exportação para o mercado (ASEAN ECONOMIC NEWSWIRE, 2008).

Segundo fontes da ASEAN, no ano de 2009, a China fez um empréstimo para o bloco visando ajudar o bloco no desenvolvimento econômico. O investimento foi usado principalmente em atividades de construção relacionados a infraestruturas. Além de investimentos individuais nos países da ASEAN, buscou melhorar as infraestruturas objetivando aumentar o desenvolvimento.

A cooperação mútua feita pela China e ASEAN demonstraram que a inserção de uma economia forte e robusta em um bloco similar de mercadorias e região não

gera necessariamente, a ruína do mais fraco. Claramente, o bloco e o país entraram em consenso com o passar do tempo, e criaram iniciativas de integração por meio das redes regionais de produção, permitindo a integração dos mercados China-ASEAN de forma mais dinâmica. Claramente, existiam interesses para ambos, na interação da região, principalmente pelos seus órgãos decisórios e pelos respaldos gerados pela integração no campo institucional. Os chineses têm como intuito a promoção e aceitação asiática da sua “Ascensão Pacífica”, além de uma estratégia geoeconômica para região. Já os integrantes da ASEAN, buscavam o extraordinário mercado chinês, além de uma manutenção da paz na região.

3.6 O SÉCULO XXI E A ATUAL POLÍTICA INTERNACIONAL DA CHINA

A China hoje é uma potência econômica mundial e está baseada nos princípios da Coexistência Pacífica e não intervenção, que são os pilares de sua política externa. Xi Jinping, atual presidente da China, busca o fortalecimento do país na ONU, como organismo regulador da nova ordem multipolar. A China tem buscado o status de grande potência e por isso precisa sempre estar preparada para aquecer seu mercado, principalmente com matérias-primas e recursos energéticos para manter a auto sustentabilidade de seu crescimento econômico. Esse pode ser considerado um dos grandes motivos da China se aproximar de forma prestativa do Oriente Médio, da América Latina, e principalmente, da África (VISENTINI, 2012).

A República Popular da China efetivou uma política externa para os países em desenvolvimento como os do continente africano, visando a aquisição de concessões para a exploração de minérios, principalmente para suprir a área energética chinesa. Assim, a política de não intervenção em assuntos internos das áreas de influência chinesa, juntamente com a flexibilidade para os empréstimos, tem beneficiado consideravelmente a atuação da China no continente e o aumentando da sua influência na região. O mesmo aconteceu no continente sul-americano, por meio da influência econômica chinesa, esse aspecto será o cerne do próximo capítulo, no qual os mecanismos de influência chinesa serão demonstrados, além da utilização do seu *soft power* como modelo de equilíbrio econômico. (KISSINGER, 2011; VISENTINI, 2012).

Na esfera asiática, a China tomou medidas para a cooperação regional com os vizinhos, ao mesmo tempo que consolida sua ascendência na região,

contribuindo para aumentar as pretensões japonesas e indianas de ascender como ator relevante no sistema internacional. Essa atitude de ascensão unitária chinesa pode ser vista, por meio da oposição direta da não aceitação desses países como no CSNU. Além das políticas que utilizam a barganha com o *soft power* em países estratégicos de recursos naturais, criou-se uma competição com os outros dois atores asiáticos. (VISENTINI, 2012).

Nesta perspectiva, vemos uma forte influência dos EUA para tentar coibir essa ascensão chinesa. Os americanos investem pesadamente na ASEAN, apoiam a Índia no desenvolvimento das forças militares e encorajam o Japão a contrapor o poder chinês (ARRIGHI, 2003; VISENTINI, 2012).

Nas questões mundiais, a China luta para que as instituições internacionais não percam a força e credibilidade. O país prega a cooperação e a parceria estratégica com os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. A busca de parcerias faz parte de sua política externa, evitando a confrontação direta com outros países. Estabelecendo a política da promoção da paz e a estabilidade do sistema internacional, condição, indispensável a manutenção do seu crescimento mundial (KISSINGER, 2011).

A China esboçou uma política externa cada vez mais voltada para a utilização do Soft Power nos países que presta assistência. Os líderes chineses declararam que a China e sua ascensão será pacífica e a governança será global, no entanto, algumas atitudes deixam a região inquieta³⁶, sem contar as políticas de contenção norte americana que cada vez mais está no Pacífico para diminuir a alavancada chinesa (HUNTINGTON, 1996)

Com essa retrospectiva histórica, objetivamos demonstrar os principais desenvolvimentos históricos que caracterizaram a China dos dias de hoje.

Procuramos elucidar o motivo que levou a China a tomar certas medidas, além de novas parcerias, da busca para consolidar sua economia e sua legitimidade internacional, a fixação dos fatores imprescindíveis para a consolidação de uma região banhada pelo novo regionalismo.

³⁶ Mar do Sul da China é uma região onde os americanos e chineses tem alguns atritos, pois neste mar, existem porta aviões e navios de guerra norte americano, para promover a paz de países associados da política de segurança. Os chineses estão cada vez mais utilizando da sua frota marítima na região causando certas tensões.

A evolução histórica chinesa demonstrou que o Estado passou de grande império para Estado periférico em poucos anos, mas seu ressurgimento na esfera internacional com *status* de potência regional aconteceu em poucas décadas, frutos de uma economia industrial forte e um governo centralizador que conseguiu mover o Estado no caminho do desenvolvimento. Percebemos que durante os processos históricos o institucionalismo começou a obter forças para a inserção do Estado nos campos das Instituições Internacionais, e essas começaram a ser relevantes para a nação, principalmente na percepção da Interdependência complexa de matérias primas e mercados consumidores.

No próximo capítulo e último iremos tratar das principais formas da articulação chinesa atuais por meio da cooperação na região da Ásia do Leste, e o papel fundamental do Estado na interdependência criada pelos mercados econômicos e pelas redes de cooperação regional que visavam promover o fomento por meio da interligação dos mercados regionais.

4 A POLÍTICA EXTERNA CHINESA E A UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA PROMOÇÃO DO SOFT POWER

Com a apresentação da história chinesa e da região asiática no segundo capítulo, conseguimos demonstrar a evolução histórica interna do Estado, e o contato com o mundo externo, o que no seu começo foi meio complicado, mas com o passar do tempo e com inserção de novas ideologias, a China maoísta consegue criar certa estabilidade, sempre por meio de avanço de parcerias com as duas superpotências da época, quando finalmente se abriu ao mundo com Deng Xiaoping, ascende como um importante polo de poder na região asiática e na década de 1990 sua importância no cenário internacional já era essencial para construção de um mundo multipolar.

Com o desenvolvimento crescente da economia chinesa, as atividades externas têm alavancado não só o país, mas toda região da Ásia e, principalmente da Ásia do Leste e do Sudeste. Os chineses hoje dispõem da diplomacia mais articulada do oriente e é um dos maiores fomentadores de projetos de desenvolvimento regional, com uma das agendas econômicas mais diversas e ativas do mundo³⁷.

Também se destacou no capítulo anterior a fortalecimento do regionalismo asiático com a guinada econômica do Japão, levando os Tigres Asiáticos e, posteriormente, a China ao mercado internacional. Com o papel se revertendo pela recessão japonesa e a guinada ao desenvolvimento da China. Os blocos começaram a se formar no Sudeste Asiático (ASEAN), criando novos fenômenos econômicos, sociais e cultural na região que foram de grande valia para a inserção chinesa no continente.

Neste capítulo será demonstrado a capacidade da China em colocar-se como potência regional, por meio da ascensão pacífica e a utilização do soft power, destacando seus motivos, histórico de implementação desta estratégia, medidas, observando os limites, ganhos e objetivos cobijados pelo governo chinês na ascensão de forma pacífica como ator de grande relevância no cenário regional e internacional.

³⁷ A China demonstrou sua força econômica nos anos de 2008-2009, auge da crise financeira norte-americana e o país crescia 10 % enquanto o mundo todo estava em recessão.

4.1A CONSTRUÇÃO DE UMA ASCENÇÃO PACÍFICA NO SÉCULO XXI VIA REGIONALISMO

No ano de 1997, os países do sudeste asiático sofreram uma grande crise financeira, cujo início se deu na Tailândia. Em consequência espalhou-se para os outros membros da ASEAN, os valores das moedas foram alvos da crise e deixaram o bloco muito fragilizado. Os setores bancários e empresariais foram devastados pela crise, houve um impacto social (desemprego e pobreza), além de alguns membros terem grandes problemas políticos (BACELETTE, 2012).

Os EUA e FMI tentaram atuar para a recuperação da ASEAN, mas não foram tão bem-sucedidos na recuperação do bloco. Alinhado a isso, os norte-americanos não tinham mais tanto interesse na crise da ASEAN, e mais, o FMI com o seu receituário neoliberal que causa imposições pesadas no ajuste estrutural econômico também não era muito bem visto para os membros em desenvolvimento daquela região. O ressentimento da ASEAN com o Ocidente, pós conflito, ficou evidente nesse acontecimento de crise. A percepção da ASEAN sobre a falta de ajuda do FMI ficou evidente com políticas que serviam os interesses de Estados industrializados de fora da região asiática. Nem todos os países aceitaram seguir as condições do FMI, então surgiu a oportunidade de uma aproximação com a economia mais dinâmica da Ásia e geograficamente mais próxima, a China valorizou-se. (WANG, 2007).

Neste período, a crise não atingiu a China de forma tão aguda; houve uma pequena queda no PIB, mas seus índices econômicos continuaram dando estabilidade financeira ao país. Com o isso, o país tinha uma visão com maior amplitude do cenário asiático, utilizando da crise com os países da ASEAN para promover sua política de boa vizinhança regional (VISENTINI, 2012).

A manutenção da moeda chinesa pode ser considerada uma das mais importantes provas de relacionamento favorável com o sudeste asiático (BELLUZO, 2004) as medidas foram de grande importância para a Ásia, pois retomaram o crescimento do continente nos anos seguintes. A China direcionou sua política externa para melhorar sua imagem no cenário regional e mundial, além de cessar o medo da região pela sua ascensão. (BACELETTE, 2012).

Para contextualizar e entender essa política de alianças econômicas da China, voltemos em meados dos anos 1990, com o crescimento exponencial chinês

e a recessão japonesa, na qual a China ascendeu como centro econômico regional. O impacto regional da China foi muito significativo para a Ásia, pois proporcionou novo *boom* econômico. Quando a crise asiática de 1997 começou, a China criou um duplo polo na região: “[...] deslocando competidores em trabalho e ampliando o mercado para fornecedores de matérias primas (ASEAN) e para a exportações asiáticas de conteúdo tecnológico (Japão e Coreia do Sul).” (BECARD; CASTRO, 2012, p. 26).

Nesse sentido, a China, ao produzir bens de consumo iguais aos países da ASEAN, deslocou estes produtores para o mercado chinês, criando um efeito estrutural nas redes regionais de produção. Apesar disso, a composição foi feita pelo efeito escala, onde a China importou insumos, componentes e partes além de bens de capital. A China fazendo isso, contribui para a recuperação das economias asiáticas, além de concretizar como melhor mercado para as economias da ASEAN, tendo a disponibilidade de ser uma plataforma exportadora e abrindo seu imenso mercado interno que está em expansão. (BACELETTE, 2012; VISENTINI, 2012; WANG, 2007).

As economias da ASEAN ajudaram a ascender o modelo chinês e sofreram adaptações para interagir e integrarem economicamente as cadeias de produtividade chinesa. A importação da ASEAN modificou-se já no fim dos anos 1990. O bloco começou a exportar mais matérias primas e produtos primários ao invés dos manufaturados. Essa troca gerada pela estruturação, foi relevante para o crescimento dos dois no cenário econômico, já nesse momento gerando uma Interdependência Complexa no sistema. (OLIVEIRA, 2012).

4.2A INFRAESTRUTURA E A ECONOMIA COMO PRINCIPAIS MECANISMOS DA UTILIZAÇÃO DO SOFT POWER

O desenvolvimento econômico que a China vive a mais de duas décadas tem como base uma política externa assertiva, de caráter econômico e cultural. A China seguiu os princípios da coexistência pacífica. Através desse, a China aspirou, ao mesmo tempo bloquear as iniciativas e a presença de forças externas na região asiática; contribuir para o desenvolvimento e inserção global de países e blocos da região; institucionalizar e promover meios do desenvolvimento interno por meio da complementariedade de escalas com parceiros asiáticos além de conceber um

ambiente regional estável para o desenvolvimento e imersão da cultura asiática. Essas bases juntamente com a ascensão chinesa, serviram para pacificidade da região e uma ferramenta de contrapeso aos poderes Ocidentais (BACELETTE, 2012; HUNTINGTON, 1996; KHANNA, 2008; KISSINGER, 2011).

Em um apanhado de mudanças nas relações internacionais asiáticas, podemos colocar os fatores que fizeram essa profunda transformação: por vias políticas e econômicas a natural ascensão chinesa; o declínio da domínio e influência ocidental dos Estados Unidos na Ásia; aumento das instituições regionais e multilaterais além de um escopo integracionista pautado pela influência normativa da ASEAN; o aumento da interdependência econômica e infraestrutura da região (ARRIGHI, 2012; KHANNA, 2008).

Nos anos de 1990, na busca de parcerias e laços na Ásia do Leste, a capacidade da liderança chinesa começa a mostrar uma força eficaz – seja por aumento de representantes diplomáticos em fóruns, sua colaboração na fomentação de instituições e seus mecanismos. A vontade chinesa de desempenhar um papel regional mais expressivo transformou-se, por meio da sua ascensão, no principal elemento catalisador e transformador da ordem asiática (ARRIGHI, 2012; (KISSINGER, 2012; OLIVEIRA; 2012).

A importância para a China da região Ásia-pacífico ficou evidente quando a política externa chinesa focou na retomada do diálogo com países do continente. (KISSINGER, 2012). A China conseguiu passar por cima desse afastamento, graças aos desempenhos estrondosos na economia do país e a implementação de uma diplomacia dinâmica, pela qual o país começou a propor novos mecanismos multilaterais para aproximação na região (WANG, 2007).

As áreas econômicas na região asiáticas mostram claramente o engajamento chinês e sua disposição. Em sua atuação chinesa na região, o país tem buscado aumentar os laços, cultivar o bom relacionamento com os vizinhos e manter mercados-chave de matérias prima, além de priorizar a necessidade do seu crescimento. Dentro disso, a aproximação da ASEAN representou uma forma de responder aos desafios da economia global e alavancar o regionalismo para consolidar os laços econômicos por meio da cooperação. Este intuito do Estado chinês, é uma estratégia típica da utilização do soft power como recurso. (NYE, 2012; WANG, 2007).

Para Nye (2012), soft power é a destreza de conseguir o que quer (o ganho) utilizando da atração, sendo elas políticas públicas, cultural ou mesmo a persuasão de ideias políticas. Diferente do Hard Power, que se caracteriza por meio da coerção ou pagamento, utilizado por meios militares e até mesmo econômicos.

A diplomacia chinesa vê o soft power como ferramenta que pode minar, a longo prazo, a teoria da china ameaçadora, essa teoria foi difundida de forma global e teve reações fortes na região. Por meio disso, a china tem agido de forma pacífica e ganhando credibilidade aos poucos. A diplomacia publica tem sido um importante aliado para promover políticas de cooperação e participação em organizações internacionais. Deste modo, a China promove valores comuns, estímulo a aproximação sociocultural e por meio de infraestruturas investidas em outros países. (DUARTE, 2012; VISENTINI, 2012). Um discurso que evidencia essa postura chinesa é o discurso conhecido como win-win de 2005, onde o presidente da época Hu disse a autoridades asiáticas que o caminho do “[...] diálogo e consulta [...] é um caminho importante para a cooperação entre vencedores [...] e [a nível asiático] promoveram a paz, estabilidade e prosperidade.” (MOFFA, 2005).

As ações de soft power chinesas, podem ser vistas com o engajamento com a ASEAN e sua ênfase na liderança responsável. Essa atuação é decisiva, a China encerrou quase todas as disputas de fronteiras, além de não utilizar desse elemento para criar um inimigo, como muitos governos e governantes fazem para se perpetuar no poder (KHANNA, 2008), assinou o tratado de amizade e cooperação com a ASEAN, um documento que ambas as partes presam pelo respeito mútuo. Dentro disso, a China e sua diplomacia organizaram muitos projetos com o bloco do Sudeste, deixando Japão e EUA, que sempre se destacaram pelo multilateralismo, finalmente para trás na região. (ARIIGHI, 2012; BACELETTE, 2012; OLIVEIRA, 2012).

As instituições não são a única estratégia chinesa como recurso do soft power, a China também vem utilizando a aproximação sociocultural, com a cultura, o turismo e políticas de estímulo do mandarim na região asiática. A troca cultural entra as pessoas da região da Ásia do Leste, ajuda a alterar a concepção chinesa e do próprio povo chinês, que se espalharam por todo continente e pelo mundo. O aumento dos fluxos de turistas, estudantes e acadêmicos entre China e outros países asiáticos tem aumentado de uma forma impressionante. (KHANNA, 2008).

Dentro dessa ótica, a promoção dos institutos chineses na região tem importância relevante nesse processo soft power para moldar o cenário. O governo chinês investiu e apoio na criação do Institutos Confúcio³⁸ em países estrangeiros, onde o intuito é ensinar o mandarim e promover a cultura chinesa no mundo. Apesar do aumento da cultura chinesa na região, ainda as artes visuais não conseguiram destaque abrangente. (SAUNDERS, 2008).

Com isso, podemos destacar o soft power como ferramenta indispensável da China no século XXI, depois de passarmos pela maioria das ferramentas que ajudam a promover ganhos pelo soft power e ajuda na fomentação da boa vizinhança e no engajamento as instituições regionais e multilaterais. Como uma das resoluções desse trabalho, o investimento em infraestrutura (deixado a parte) uma das maiores estratégias chinesas da promoção do soft power e de resultados práticos que serão apresentados no próximo tópico, para elucidar a conclusão desse trabalho e demonstrar sua praticidade.

4.3 INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA COMO MODELO

Na crescente expansão chinesa dos últimos anos, o governo criou a política da estratégia Going Out (Indo para fora) que foi anunciada nos anos 2000, na qual o investimento estrangeiro direto (IED) da China começou a ser melhor direcionado para políticas em infraestruturas externas (MOFCOM, 2012) “Diversas políticas têm desempenhado um papel importante na concretização dessa tendência através da facilitação e do incentivo para que empresas chinesas invistam no exterior” (CIFOR, 2013 p.4). Para compreensão profunda dos impactos do comércio e investimento chinês na Região da Ásia, África e América.

Ao longo dos anos, a China foi um dos países que mais investiu em infraestrutura em formas de IED e um dos maiores contribuintes em ajuda e assistência técnica nos países da Ásia. Estes tipos de investimento permitem a constituição de áreas integradas, diminuindo os custos e facilitando o acesso de matérias-primas a China, além de criar uma rota de fornecimento dos produtos da manufatura chinesa.

³⁸ Os Institutos Confúcio são um meio da promoção dos valores e cultura chinesas no mundo, estabelecido em mais de 50 países, inclusive no Brasil.

Esta política de investimentos e ajuda externa permitiu criar uma maior dinâmica dentro do bloco asiático e ajudou as empresas chinesas a adquirir de forma mais rápida matéria-prima necessária para produzir produtos manufaturados, além de rotas para escoar sua produção.

Quando os IED estão em terceiros países, por meio da infraestrutura, há a transnacionalização das companhias, além de melhorar o desenvolvimento dos países que esse tipo de obra foi realizado. As competências nos ramos de infraestrutura constituem polos de energia, fluxo de transporte, se encaixando nesse escopo, os aeroportos, as ferrovias, as rodovias e os portos, o ajuste e treinamento de pessoal especializado, além de outras questões. Sem essas prerrogativas a política econômica chinesa seria insustentável.

O engajamento do governo chinês nessas áreas fica evidente com o pronunciamento da MOFCOM³⁹:

O desenvolvimento das grandes infraestruturas tais como grande eficiência das geradoras de energia, ferrovia de alta velocidade de conexão entre cidades e o sistema de água e esgoto estão sendo planejado nos países emergentes ou os países em desenvolvimento. Estes setores de infraestrutura, as empresas chinesas juntamente do governo esperam atrair as suas vantagens de sua tecnologia avançada no ramo infra estrutural. No entanto, nos últimos anos a tendência revelou que, quando uma empresa chinesa tentou exportar equipamento autônomo avançado para um projeto de desenvolvimento de infraestrutura, seria muitas vezes correr em concorrência de preços acirrada com empresas de outros países. Hoje, o país anfitrião é provável para solicitar uma proposta abrangente que inclui a cooperação em setores relacionados, a operação e manutenção das instalações fornecidas, e a formação de recursos humanos. Numa altura em q que muitos países estão constituindo uma empresa nacional para obter encomendas para projetos de infraestrutura, é necessário que a China ofereça promoção de pacotes de infraestrutura eficazes que incorporem a cooperação e assistência adaptada as necessidades de cada país de

³⁹ O MOFCOM evoluiu do Ministério do Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC) e em 2003 tornou-se responsável pelo comércio doméstico, a coordenação econômica exterior e a coordenação das atividades relacionadas ao comércio internacional em produtos industriais, materiais crus e produtos semiacabados pela Comissão Estatal Comercial e Econômica e pela Comissão Estatal do Desenvolvimento e Planejamento (Yan 2003). O MOFTEC foi a organização sucessora do Ministério das Relações Econômicas Exteriores e Comércio (MOFERT) após a sua reorganização em 1993. (CIFOR,2013 p.5)

acolhimento, baseado na articulação entre o público e setores privados. (MOFCOM, 2010 p.45).

Ao longo dessas últimas duas décadas, as exportações asiáticas para o mundo cresceram mais de 11% por ano, indo de U\$ 162 bilhões em 1980 para U\$ 1,9 trilhões no ano de 2003, que correspondem a mais de um quarto de todas as exportações mundiais realizadas. (MOFCOM, 2010; KURODA, 2006) essa conjuntura total não pode ser atribuída apenas as exportações chinesa, contudo, a participação chinesa nesse crescimento é incontestável, pelas ações do governo, criando condição de promoção ao desenvolvimento regional por meio da política going out e os IED chineses ao longo dos anos.

O engajamento na promoção do desenvolvimento em infraestrutura é um pensamento do governo chinês e de sua política externa. Observando que o principal banco de créditos para governos estrangeiros destina uma postura que tenta contemplar desenvolvimento, mas as integrações do suporte e da logística para os produtos chineses exportados e importados abaxem o custo, além de um fortalecimento na diplomacia por esses aspectos, como salienta o Ministério das Relações exteriores chinês.

A China acredita que, para a redução da pobreza, é indispensável não só implementar medidas para reduzir a pobreza ou a prestação de assistência nas áreas de desenvolvimento social, que poderia influenciar diretamente aos pobres, mas também para promover o crescimento sustentável através do crescimento econômico. A este respeito, a China coloca importância da melhoria da infraestrutura econômica e social, que forneça uma melhor base para os países em desenvolvimento. A china está comprometida com a melhoria da infraestrutura econômica no transporte, comunicação e outras áreas como, tais como, estradas, portos, aeroportos, a fim de ampliar o intercâmbio entre as áreas urbanas e rurais, garantir a segurança contra desastre e promover o comercio de investimento do exterior. (MOFCOM, 2011 p. 36).

Com isso, a China demonstrou que questões econômicas, no sentido de investimento em infraestrutura, onde permite a entrada de outros serviços além de promover o desenvolvimento sustentável e autossuficiente destes países. A seguir,

será analisado alguns dos projetos principais em infraestrutura fomentado pela China, tanto regionalmente quanto mundialmente.

4.3.1 Investimentos Asiáticos

Um dos nossos objetivos com esse trabalho é demonstrar os principais destinos de investimento chinês para sua inserção asiática e notar uma estratégia global de investimentos dessas características. Nas questões regionais asiáticas possuem matas e selvas que dificultam o fomento de infraestrutura. Além do mais o bloco de países como os da ASEAN, no Sudeste Asiático, possui suas capitais ao sul, dificultando o escoamento de mercadorias, que precisam dar a volta pelas costas praieiras, deixando a rota para a China mais complicada. E no caso chinês os maiores conglomerados urbanos estão localizados no Norte e Sudeste da China. Podemos destacar os Municípios Governamentais de Beijing, Tianjin, Shanghai, Guangzhou e as regiões administrativas Hong-Kong e Macau, essas áreas são centros urbanos consumidores de produtos multinacionais. (CARLETTI, 2012).

Podemos ver uma dificuldade de ligação e logística em muitos casos. Ao norte da china situa-se a Mongólia, a República Popular Democrática da Coreia, a Coreia do Sul e Japão. Desses a Mongólia, a Coreia do Norte e a Mongólia tem pouca população, sofre com problemas em bens de serviço, além da sua situação geográfica que deixa sua capital entre o deserto de Gobi, gerando dificuldades geográficas para locomoção com as cidades de Beijing e Tiajin. (OLIVEIRA, 2010).

Já a Coreia do Norte tem um regime muito fechado, além de sofrer uma pesada lista de embargos e sanções do Ocidente, liderada pelos norte americano. Esta lista inclui produtos estratégicos, como peças para artefatos militares, mas também restringe produtos de uso popular, com isso o país e o regime ficaram estagnados no desenvolvimento econômico. (DUARTE, 2012).

Essa conjuntura limitou a comunicação terrestre chinesa com a Coreia, além de vedar a direção ao porto de Vladivostok, principal porto russo no extremo oriente. Já o Japão insular, só existe meios de interação, via marítima ou aérea (DUARTE, 2012).

Nesse entendimento geográfico, a Ásia encontrou mais dificuldades, naturais de integração do que apresenta o Continente Europeu. Ao contrário da UE que possui uma grande concentração populacional e imensos centros urbanos em uma pequena extensão territorial – fazendo um comparativo tanto com a Ásia quanto com

a América Latina – que permite uma grande circulação de pessoas e bens, o continente asiático possui uma vasta dispersão populacional que a composição de uma integração, livre circulação e as fronteiras geográficas. (KAWAI, 2004; OLIVEIRA, 2010).

Além do mais, na Europa existem regras bem definidas de integração de mercado para apoiar infraestruturas transfronteiriças, ajudando no condicionamento do mercado e escorrimento.

Alinhando com esse pensamento, Kuroda (2006) apresenta três dimensões para o desenvolvimento da integração regional, que são: política, econômica e financeira por parte institucional. A infraestrutura pode ser entendida como dimensão política, pois para sua fomentação, a infraestrutura transfronteiriça tem condições geopolíticas, observado que sua elaboração implica em dois ou mais atores. Outro fato destacado é que a manutenção de uma rota de fronteira acirrou o transbordamento de questões externas e internas devido ao fluxo de pessoas e bens que esta estrutura disponibiliza. Além do mais, para continua manutenção de uma infraestrutura desse caráter, é preciso confiança e boa vontade de forma mútua entre os atores para a consolidação destas rotas de fluxo.

4.3.2 A Cooperação por meio da Infraestrutura

Observada a necessidade da China em manter os fluxos constantes de produtos do país em seu entorno, o país investiu a metade de seus IEDs em setores de infraestrutura, seja na construção de rodovias, portos, malha férrea, aeroporto ou até mesmo em canal interoceânico, visando a necessidade na manutenção ao processo fabril, importação e exportação. (OLIVEIRA, 2010; WANG, 2007).

Várias agências do governo chinês são responsáveis pela formulação formal de políticas de investimento no exterior, uma análise, das agências responsáveis pela emissão dessas políticas indicou que 22 agências do governo central estavam envolvidas na formulação de políticas. (ZHAO, 2006; CIFOR, 2013).

Essas agências do governo central podem ser classificadas em dois níveis gerais o órgão de decisão superior é o Conselho do Estado, que é responsável pela gestão maior da China e pelas decisões importantes que afetam a economia. O segundo nível é composto pelas agências centrais, de nível ministerial, envolvidas na gestão de investimento no exterior, a mais importante é o Ministério do Comércio (MOFCOM) suas principais

responsabilidades do MOFCOM em relação ao IED chinês são: supervisão do IED chinês através da elaboração e prática de políticas e regulamentos e através do julgamento dos pedidos de aceitação de projetos do IED não financeiros; Negociações bilaterais e multilaterais sobre investimento e acordos de comércio, representando a China na OMC e outras organizações econômicas internacionais; Garantia da disposição das leis econômicas e de comércio da China com os tratados e acordos internacionais; e coordenação da política de ajuda externa chinesa e outros sistemas de financiamento e empréstimos relacionados. Essas funções fornecem ao MOFCOM oportunidades diretas e indiretas para orientar e influenciar o alcance e direção do IED da China. (CIFOR, 2013)

Logo, as ações em infraestruturas tiveram um importante aval do governo chinês, pois potencializou o setor de fornecimento de matérias-primas do país que foi investido, como também facilitou o escoamento dos produtos chineses, além de melhorar a logística do Estado contemplado.

Não podemos esquecer, quando o governo chinês investiu em um outro estado, a objetivo dele foi de algum modo obter o lucro. Podemos até relembrar a frase do Primeiro Ministro da Inglaterra Lorde Palmerston (1859-1865) de que “[...] não existe amizade entre nações, somente interesses”. Claramente, evidenciado pela conduta da política externa chinesa.

A escolha da infraestrutura como principal canal de investimento chinês no exterior é uma política bem formulada, pois não apenas a importância do fator econômico é preponderante, fazendo assim o Estado chinês analisar a infraestrutura como um investimento de longo prazo, colocando o poder que elas têm nas relações internacionais.

A infraestrutura pode proporcionar um desenvolvimento rápido ao Estado, como também uma nova segurança econômica. A infraestrutura na geopolítica internacional tem um papel fundamental nas óticas de mundo. Quando vemos a mudança da economia transferindo-se do Oceano Atlântico para o Oceano Pacífico entendemos porque os países precisam alterar alguns mecanismos, como exemplo a infraestrutura, para adequar-se a esse novo ciclo.

Os projetos de investimentos possuem um caráter comum no custo, os custos de simples trocas de trajetos ou até mesmo a demora para o abastecimento de matérias dos recursos estratégicos custam muito, e precisam ser diminuídos

drasticamente. É por esta razão que os grandes projetos transnacionais são focados na infraestrutura como real meio de cooperação, diversificando as vias de suprimento para os Estados investidores.

A seguir temos os projetos que exemplificam melhor a ideia de integração, e o potencial que podem proporcionar a consolidação dessas infraestruturas na Ásia do Leste culminando para projetos de integração asiática.

4.3.3 A cooperação na Grande Sub-região do rio Mekong

A região do Rio Mekong, localizada no sudeste asiático, abrange por seis países: começando pela China, na província de Yunnan, Vietnã, Laos, Camboja, Tailândia e Mianmar⁴⁰. Nessa área vivem aproximadamente 260 milhões de pessoas e se espera um crescimento urbano e industrial de forma rápida para os próximos anos (MOFCOM, 2012). Essa região apresenta grandes desigualdades sociais e econômicas entre os países, além das próprias sub-regiões destes mesmos Estados. Estudos indicam que quando essa região for interligada por caminhos de comunicação, que permitam a escoação de bens e serviços além de uma oferta, redes de infraestrutura pode englobar essa região, aumentando a necessidade de produtos e consumos na região. Porém, os estudos do Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) um desenvolvimento exacerbado da região pode gerar uma enorme disparidade entre as regiões urbanas com as rurais.

De acordo com o projeto chinês, os objetivos do programa da Sub-Região do Mekong são: fortalecer as relações e promover o desenvolvimento regional; melhorar os níveis econômicos da região, assim podendo melhorar a vida das populações; e reduzir a pobreza da região.

Figura 1 - Sub-região do Rio Mekong

⁴⁰ O Mekong não passa por dentro da soberania do país, mas afeta seu crescimento e economia diretamente,



Fonte: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (2015).

Para melhor explicar, as palavras do Premiê da China, Li Kejiang na reportagem da Reuters: “Essas são partes importantes dos nossos esforços para melhorar a cooperação chinesa. Estamos prontos para trabalhar com os cinco países para construir uma nova estrutura para aprofundar a cooperação e levar a nossa parceria a um novo nível.”

4.3.4 Cooperação regional no Golfo Pan-Beibu (Tonkin)

A cooperação econômica no Golfo de Tonkin, que fica situado entre a China e o Vietnã (parte setentrional), tem feito progressos significativos no modelo de infraestrutura que está se formando na região além do importante papel que vem desempenhando no processo de ampla cooperação entre a China e ASEAN.

Essa região vem recebendo os investimentos chineses e do ADB para implementar projetos nas áreas de transporte, investimento e distribuição. Com isso vem surgindo uma nova área reluzente na cooperação CHINA-ASEAN.

O escopo da cooperação inclui trocas (mercado), investimento, exploração marítima, turismo e envolvimento em projetos oceânicos. No site do ADB mostra o quanto foi doado pelo banco, e pela China para esse investimento⁴¹ (ADB,2006).

4.3.5 Highway da Ásia

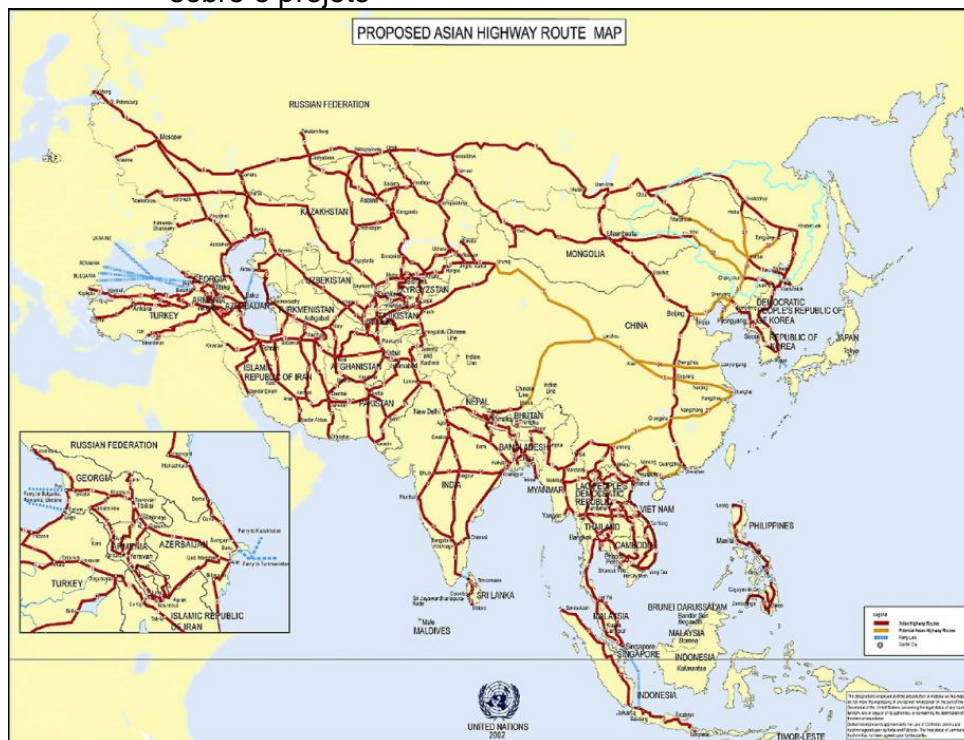
No ano de 1992, a UNESCO concebeu um projeto chamado de “O Projeto de Desenvolvimento de Infraestrutura de Transporte Terrestre Asiático⁴²”, que consiste em cinquenta e cinco rotas distribuídas por cerca de trinta e dois países. A estimativa é que sejam cobertos cento e quarenta mil quilômetros de extensão. O projeto inicial foi feito para as linhas férreas da Ásia que sairia de Cingapura até na Turquia, possibilitando a conexão com o sistema de transporte europeu e africano (seria implantado). O governo Chinês vem negociando para a elaboração dessa “Rota da Seda” do século XXI. (ADB, 2009; MOFCOM, 2010).

A ALTID tem três pilares de ação (ou de construção): a rede de autoestradas asiáticas, a rede ferroviária trans-asiática, e o apoio à construção de projetos de linhas de comunicação terrestres que visem o desenvolvimento de terminais intermodais (CARRIÇO, 2013, p. 7).

Os acordos para a fomentação da estrada estão em andamento, a china participa ativamente para que os países cumpram os objetivos, a highway da Ásia já está em pleno desenvolvimento principalmente por políticas de investimentos em infraestrutura.

⁴² The Asian Land Transport Infrastructure Development – ALTID – 1992.

Figura 2 - Mapa da Ásia e a highway, esboço para elucidar a visão sobre o projeto



Disponível em <<http://amur-heilong.net/map/008maps/transport/pages/image/imagepage3.html>> Acesso 20/11/2015.

4.3.6 Rio Tumen

O Rio Tumen, localizado entre as fronteiras da Coreia do Norte e o nordeste da China é de grande importância para o transporte de mercadorias chinesas para o extremo oriente. Analisando esse projeto, vemos que o leste da Mongólia fica acessível e podem levar até em direção ao Porto de Vladivostok.

O projeto tem como objetivo a construção de um sistema ferroviário que crie um canal entre a Coreia do Sul e o sistema ferroviário chinês, com isso, poderia criar uma nova via terrestre para o transporte até a Europa. É de grande importância esse investimento para aumentar o contato com os Russos. (MOFCOM, 2003).

Nos altos desse trabalho, dois acontecimentos que corroboram para as considerações finais deste trabalho. O primeiro foi que os países ASEAN declararam que os mercados econômicos dos dez estados agora são um só. No segundo caso, a China que tem acordo de livre comércio (ALC) com o bloco aproveitou para atualizar o ALC aumentando a gama de variedade de bens e serviços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, defendemos a ideia de que um Estado pode utilizar do *soft power* como ferramenta de constituição de Poder e Ascensão Pacífica, contudo, o que define isso é sua região e sua inserção. A China vem fazendo isso com muito sucesso na Ásia do Leste; sua inserção por meios das iniciativas de cooperação, deixam um caráter evidente de Hegemonia Compartilhada decorrente da Interdependência Complexa, como demonstrado no caso ASEAN.

A problemática que surge é: um modelo de iniciativas de cooperação regional com prerrogativas econômicas pode levar a constituição de um polo de poder que mais dependa de decisões coletivas do que da arbitrariedade de um único Estado. O que se evidencia no trabalho por parte dos Estados e parcerias é o sistema de Interdependência Complexa como uma das vias para se constituir um bloco como aconteceu no caso da União Europeia e da ASEAN.

Os projetos do Investimentos Estrangeiro Direto (IED) que têm como intuito aprimorar as infraestruturas logísticas tendem a atrelar o desenvolvimento dos países, caso que acontece na Ásia principalmente com China-ASEAN.

O que pudemos perceber durante o trabalho é que, quando a China ascende na Ásia, além de querer dominar o poder regional, ela começa a fomentar outros centros econômicos e políticos regionais na em seu entorno, tanto que sua política ajudou os países em volta a se especializarem em cadeias de produtivas de rede fabril. Isso fez com que os países pudessem participar de modo constitutivo e relevante do desenvolvimento asiático.

Ao longo do trabalho foram apresentados que os empreendimentos diplomáticos chineses durante a abertura com Deng Xiaoping proporcionaram uma ótima relação com o mundo, influenciando a maneira como os Estados agiam perante a China principalmente em questões econômicas.

O governo Chinês colou a política de cooperação via IED como o carro chefe da sua política internacional, criando assim um conceito de capacitação de influência através de persuasão e utilizando assim do *soft power* e ao invés do *hard power*.

Como discorrido no trabalho, a Ascensão Pacífica da China pode ser analisada sob muitos aspectos, mas como enfatizado no trabalho, o país voltou-se para aceitação da multipolaridade em que introduziu o elemento da integração

regional demonstrando como a concertação pode ser dada através de instituições regionais e fóruns de diálogo.

Um fator importante que ressaltamos o trabalho é a cooperação CHINA-ASEAN. Para a China a parceria com a ASEAN é importante em três sentidos o geoestratégico, o geoeconômico e o geopolítico, já que tem passado a ser uma área de influência chinesa, assegurando o entorno do pacífico para o desenvolvimento chinês, na parte econômica o bloco oferece insumos para o crescimento e geopolítico para sua Ascensão não ser coagida por forças externas da Ásia (EUA). Para a ASEAN, por sua vez, a parceria com China é fundamental para o seu desenvolvimento tanto nas questões econômicas quanto infraestruturas estratégicas.

Essa estratégia chinesa tem se mostrado bem-sucedida pois tem existido um intercâmbio real nas relações, as ações efetivas de Beijing para com os parceiros da ASEAN demonstraram empenho e engajamento por parte do país. As iniciativas chinesas estão sendo bem recebidas pelo bloco, que está colaborando com as iniciativas de forma a implantá-las, como no caso da CAFTA. Entende-se pelo caso de cooperação com o bloco ASEAN, que a China vem buscando o desenvolvimento e o pacifismo da região com a atuação estratégica de seu *soft power*; essas ações tem tornado o país a liderança consensual da Ásia.

Os investimentos em infraestrutura foram estratégicos para a promoção de relações políticas e econômicas entre os Estados, no caso chinês não é diferente, as constituições dessas infraestruturas têm como objetivo constituir um mercado forte, consumidor e fornecedor de base para os seus produtos gerando assim uma interdependência entre os Estados.

Um dos pontos ressaltados por essa pesquisa é a estratégia de política externa focado no investimento e seus ganhos finais. Por essa análise, entendemos que a política externa é um dos meios de decisão do Estado para se obter lucro, como vemos nas ações chinesas pela MOFCOM.

A China viu sua necessidade de constituir uma relação de confiança entre os Estados, foi um ponto central na política externa. Com seu crescimento exponencial com a reforma e abertura, os chineses percebem que matérias-primas são essenciais para o seu crescimento e para não ocorrência da desaceleração econômica, que acabam criando muitas crises internas. Para não ocorrer essas problemáticas, o investimento em infraestrutura através do IED. Esse modelo de

Política Externa focada em cooperação atende mais as questões internas do que propriamente a externa. Essas cooperações têm como objetivo atender à crescente demanda fabril chinesa.

Os investimentos também mostraram outro aspecto. A interdependência que se cria com os países investidos, implementa uma proteção para os países que estão desfavorecidos pois a interdependência faz com que a China compre ou faça trocas de matéria prima por produto manufaturado. Os investimentos feitos pela China nos países do Sudeste Asiático foram importantes para demonstrar a necessidade chinesa para a manutenção do setor produtivo.

Para finalizar, a China atingiu sua Ascensão por meio da sua inserção na Ásia do Leste, utilizando os investimentos em cooperação, e fomentando interdependência e fatores de *spillover* nas organizações da região e desenvolvimento, que podem ser vistos nas suas parcerias, caso esse analisado pela ASEAN. Entre os projetos, o *soft power* é visto como modelo preponderante das ações chinesas.

REFERÊNCIAS

- ADB: **Asian Development Bank** <<http://www.adb.org/documents/adb-annual-report-2009>> Visitado em 10 de novembro de 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Editora Unesp. 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BECARD, D. S. R. 2008. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).
- BECARD, D. S. R. 2011. **O que esperar das Relações Brasil – China?** Revista de Sociologia Política, v. 19, supl. 1. BECARD, D. S. R. 2009. Cooperação e Comércio entre Brasil e China durante o Governo Lula. In: Oliveira, Henrique
- BACELETTE, Ricardo. 2012. Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização. Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA), outubro.
- CARLETTI, Anna: **O internacionalismo vaticano e a nova ordem mundial**. (2012).
- CARRIÇO, Alexandre (2006). **De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégias de Defesa Territorial da República Popular da China (1949-2010)**. Lisboa: Prefácio.
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang. **Análise das relações internacionais**. Brasília, DF: Editora UNB, 1968.
- DUARTE, E. E.: **Research Gap on War and the Consequences for Defence Institutions and Policies in Brazil and Germany**, 2012.
- GILPIN, Robert. **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GUIMARAES, SAMUEL PINHEIRO. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- HAAS, E.B. **Beyond the Nation State**. Stanford: Stanford University Press, 1964.
- HALL, P. **The World Cities**. New York: McGraw-Hill. 2000
- HIRST, M. **Reflexiones para un análisis político del Mercosur**. Buenos Aires: Flacso, 1991.

HOBBSAWM, Eric J., 1917 – **Era dos Extremos: o breve século XX :1914 -1991**
Eric Hobsbawm; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli – São Paulo companhias das Letras, 1955.

HUNTINGTON, Samuel: **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order**. New York: Touchstone, 1996

HURRELL, Andrew. **On global order: power, values and the constitution of international society**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

KANT, Immanuel. **Perpetual Peace: A Philosophical Sketch**, 1795.

KAWAI, M. **East Asian Economic Regionalism: progress and challenges**. Journal of Asian Economics 16:29-55, 2005.

KAWAI, M. Regional economic integration and cooperation in East Asia. On the Impact and Coherence of OECD Country Policies on Asian Developing Economies, OECD, 2004.

KEOHANE, R. (org). **Transnational Relations and World Politics**.Harvard: Harvard University Press, 1981.

KEOHANE, R. **Realism, neorealism and the study of World politics**. In:

KEOHANE, R. (org.). **Neorealism and Its Critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, R.O. & NYE, J.S. **Globalization: what's new? what's not?** (and so what?). Foreign Policy. New York: Longman, Spring 2000. Power and Interdependence. Boston: Scott, Foresman and Company, 1989. Transnational relations and World politics: an introduction. In:

KISSINGER, Henry: **On China**, 2011.

KHANNA, Parag **O segundo mundo: impérios e influências na nova ordem global**/ tradução Clovis Marques – Rio de Janeiro: Íntrica, 2008.

KISSINGER, Henry **Sobre a China**/ tradução Cássio de arantes Leite. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KNOX, P; AGNEW, J. **The Geography of the World Economy:an introduction to economic Geography**. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

KRASNER, S.D. **Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variable**. In: Idem (ed.). International Regimes.

KRASNER, S.D: Structural causes and regimes consequences: regimes as intervening variable. In: Idem (ed.). *International Regimes*.

KURODA, Haruhiko: *Asian Development Outlook*, 2006

MARCH, James G. “**The New Institutionalism: Organizational Factors in Political Life**”. *American Political Science Review* 78, 1984.

MEARSHEIMER, John. **The False Promise of International Institutions**. *International Security* 13, 3, 1994.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida, **Clássicos das relações internacionais**. São Paulo: Hucitec, 2010.

INSTITUTO SUL-AMERICANO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA. China e vizinhos cooperam por maior segurança no rio Mekong. **ISAPE**, 2015. Disponível em: <<https://isape.wordpress.com/2015/10/25/china-e-vizinhos-cooperam-por-maior-seguranca-no-rio-mekong/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

MOFCOM: **Ministry of commerce people’s republic of China** <<http://english.mofcom.gov.cn/>> Visitado em 10 de novembro de 2015.

NYE, Joseph: **Smart Power** <www.huffingtonpost.com> Visitado em 10 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, Henrique Altemani: **Política internacional contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo, 2010.

OLSEN Johan P.: **ARENA Centre for European Studies**, 2011.

PORTO, Manuel. **Teoria da Integração e Políticas Comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1997.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SAUNDERS, Philip: **Assessing Chinese Military Transparency**. National Defense University Press, 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes, **As relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial** (uma perspectiva brasileira)/ Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011

WANG, Vincent Wei-cheng, 2007. **The Logic of China-ASEAN Free Trade Agreement: Economic Statecraft of “Peaceful Rise”**. China in the World, the World in China International Conference “Implications of a Transforming China: Domestic, Regional and Global Impacts”, 5-6 August 2007.

WANG, Vincent Wei-cheng, 2009. **The International Relations China-ASEAN**

YAN, Xuetong: **China Institute of Contemporary International Relations**, 2003.

ZHAO, Suisheng: **A Nation State by Construction and Dynamics of Modern Chinese Nationalism**. Stanford University Press, 2006.

ZHANG, Yunling: **Contending Theories of International Relations**, Fifth Edition in 2003